

Quem disse ?

«A esquerda só poderá ser nova se, de forma criativa e sem dogma, souber continuar o combate da teimosia e eterna esquerda, que é daqueles que não se resignam, não desistem perante os que nos pretemem convencer ser "natural" e inelutável uma sociedade dividida em ganhadores e perdedores.»

Fernando Pereira Marques
Expresso, 7 de Novembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº996 19 NOVEMBRO 1998 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Primeiro-ministro em Torres Vedras

Uma polícia democrática e próxima dos cidadãos

O primeiro-ministro esteve terça-feira na Escola Prática da PSP em Torres Vedras, onde falou a mil novos candidatos a polícias, dizendo que deles se espera uma actuação de pleno respeito pelos direitos dos cidadãos e um total afastamento dos riscos no sentido de se confundir autoridade democrática com poder. Acompanhado pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, e pelos secretários de Estado Armando Vara e Luís Parreirão, António Guterres também garantiu aos agentes em formação que o Governo «quer valorizar a profissão», tanto do ponto de vista social, como no plano económico.

Uma vez mais, o chefe do Governo realçou os grandes conceitos estratégicos em relação às forças de segurança do país. A este propósito, lembrou que as populações exigem hoje a presença da polícia como uma garantia de protecção das suas vidas e dos seus bens. Considerou ainda o factor de proximidade como dissuasor de fenómenos de criminalidade.

Para isso, acrescentou o primeiro-ministro, é necessário que o poder político coloque meios à disposição das polícias. Nos últimos três anos, já se realizaram importantes investimentos para a renovação do quadro de efectivos da PSP e da GNR (mais 8 300 novos polícias até ao final da legislatura), bem como na remodelação e construção de novas instalações para estas duas corporações.

Depois desta sessão, em Torres Vedras, a comitiva do Governo deslocou-se ao concelho de Almeirim, onde foi inaugurado o novo posto da GNR, localizado entre duas escolas. A ocasião serviu também ao primeiro-ministro para realçar a obra muito positiva já realizada pelos autarcas do distrito de Santarém, considerando-os entre aqueles que mais empenhadamente contribuíram para o êxito do programa «Escola Segura», que irá abranger cerca de 80 por cento dos estabelecimentos de ensino do País.

GUTERRES ANULA ARGUMENTOS DO PSD

O Orçamento do Estado de 1999 foi aprovado sexta-feira passada, na generalidade, na Assembleia da República, com os votos da bancada socialista, a abstenção do PSD e os votos contra do PCP e do PP. Foi unanimemente reconhecido, logo na intervenção de abertura António Guterres retirou todos os argumentos ao partido de Marcelo. O primeiro-ministro demonstrou que os grupos sociais mais carenciados serão beneficiados com uma redução de impostos no próximo ano. E, para eliminar dúvidas sobre uma hipotética penalização dos impostos a cobrar à chamada classe média, o chefe do Governo anunciou a possibilidade de recurso a uma cláusula de garantia, em que o contribuinte terá a oportunidade de conservar o esquema dos abatimentos à matéria colectável, caso, eventualmente, conclua ser penalizado pela nova fórmula de deduções à colecta.

Política

Guterres insiste na descida das taxas de juro



O primeiro-ministro e secretário-geral do Partido Socialista, António Guterres, abriu, no dia 16, em Sintra, a reunião do Comité Económico, Desenvolvimento e Ambiente da Internacional Socialista (IS), insistindo na necessidade de uma descida generalizada das taxas de juro na União Europeia.

Sociedade & País

Diabetes Lancetas, seringas e agulhas gratuitas



Os diabéticos têm a vida mais facilitada. Desde o passado dia 11, os diabéticos, utentes do Serviço Nacional de Saúde, usufruem de um conjunto de benefícios sociais e medidas de saúde, cujo objectivo é facilitar e permitir o autocontrolo da sua doença, proporcionando-lhes automaticamente maior bem-estar e mais ganhos em saúde. As agulhas, seringas e lancetas passam a ser disponibilizadas completamente gratuitas nas farmácias.



Um Orçamento de Solidariedade e Justiça

«É numa lógica de solidariedade e justiça que se desenvolve a parte fiscal do Orçamento do Estado para 1999», afirmou António Guterres durante o debate, na generalidade, na Assembleia da República, no passado dia 12.

Efectivamente, o OE/99 reflecte a enorme maturidade deste Governo em termos de justiça social e de desenvolvimento económico tendo em conta os condicionalismos da nossa economia e os compromissos comunitários assumidos.

Trata-se de um orçamento de grande rigor económico na sequência dos anteriores que têm levado a uma diminuição da dívida pública, do défice do Estado e da inflação, sem esquecer as preocupações sociais e o combate ao desemprego.

Refira-se que, em termos de educação, o presente orçamento vem cumprir uma promessa do Governo do PS de crescimento em um por cento do PIB durante a presente legislatura, proposta que a oposição considerava impossível de cumprir. No campo da educação pré-escolar – uma das grandes apostas deste Governo –, está inscrita uma verba de 50 milhões de contos, o que representa um crescimento de 143 por cento nos últimos quatro anos.

Finalmente um outro aspecto também importante nesta área e que tem sido uma preocupação constante do actual Executivo, prende-se com a acção social escolar que atingirá este ano cerca de 47 milhões de contos, destinando-se ao ensino não superior 17,4 milhões e ao ensino superior 29,4 milhões de contos, reflectindo um aumento de 6,9 por cento relativamente ao ano anterior, o que reforça a natureza social deste orçamento.

Com este orçamento estão lançadas as bases para um conjunto de transformações estruturais que permitirão a Portugal, «no prazo de uma geração, ser um país profundamente diferente». Resta esperar que a oposição não desvirtue na especialidade o que foi aprovado na generalidade.



«GOOD OLD TIMES» DO TRABALHISMO BRITÂNICO

Michel Foot sucedia ao ex-primeiro-ministro James Callaghan, na liderança do Partido Trabalhista britânico. Esta era uma das notícias da edição do «Acção Socialista» de 13 de Novembro, que continuava a dar destaque à crise interna do PS, na sequência da tomada de posição de Mário Soares de retirar o seu apoio à recandidatura de Eanes à Presidência da República.

Nos tempos em que o Labour se afirmava como uma verdadeira alternativa de esquerda aos conservadores, apresentando-se ao eleitorado com programas de efectiva mudança que reflectiam os seus valores e princípios, o órgão oficial do PS noticiava que «a preservação da unidade» do Labour tinha estado na base da eleição de Michel Foot, «normalmente conotado com a ala esquerda do seu partido».

O número 10 de Downing Street era ocupado por Margaret Thatcher que iniciava a aplicação do seu modelo ultraliberal e monetarista, que viria a revelar-se desastroso nos planos económico e social.

A este modelo da chamada «nova direita», os trabalhistas sob a liderança de Michel Foot preparavam, na oposição, um programa de esquerda de combate ao desemprego, assente no aumento dos investimentos públicos e na extensão das nacionalizações.

J. C. C. B.

13 de Novembro

Quem disse?

«Enquanto Eanes constitui um limite e um obstáculo à AD, Soares Carneiro é um candidato que ela escolheu para ir até onde for preciso. Se a AD necessitar, para reforçar o seu domínio e para recompor o poder económico, de recorrer a formas totalitárias de governo, Soares Carneiro não será nunca um travão, mas antes um mero e útil instrumento. Soares Carneiro, aliás, encarna a ala saudosista da AD.»

Alberto Arons de Carvalho



Ciência

Portugueses todos os dias nas revistas internacionais

As melhores revistas científicas internacionais «todos os dias publicam artigos de cientistas portugueses», afirmou na semana passada o ministro da Ciência e Tecnologia. Mariano Gago, que falava à Imprensa para comentar a produção de espermatozoides *in vitro*, por um investigador português, manifestou a esperança de que este avanço possa vir a ter efeitos no tratamento da infertilidade.

Para o ministro, a descoberta de Mário de Sousa, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, no Porto, representa «um desenvolvimento científico interessante e a es-

perança de que se possam concretizar as promessas que os próprios investigadores esperam possíveis a curto prazo, designadamente no tratamento da infertilidade».

Mariano Gago lembrou que, actualmente, há já muitos trabalhos científicos de alta qualidade produzidos por grupos ligados às áreas das ciências médicas e biomédicas a trabalhar no Porto, Coimbra, Lisboa e outros locais.

A equipa do investigador Mário de Sousa conseguiu em Agosto, pela primeira vez, produzir espermatozoides *in vitro*.

Ambiente

Nova sede para Parque Nacional Sintra/Cascais

O Parque Nacional Sintra/Cascais vai ter uma nova sede, na vila de Sintra, cuja aquisição representa um investimento de 170 mil contos, segundo o «Diário da República».

O Instituto da Conservação da Natureza tinha solicitado autorização ao Governo para adquirir o imóvel, situado na Rua Gago Coutinho, em Sintra, destinado à sede da Comissão Directiva do Parque Nacional Sintra/Cascais.

A Presidência do Conselho de Ministros autorizou a compra do imóvel pela resolução n/º 179/98, publicada na 2ª série do «Diário da República» da passada sexta-feira. O imóvel possui «fácil acessibilidade, bom estado de conservação e uma área ajardinada que permite a realização de eventos ao ar livre e que confere uma imagem adequada aos objectivos e finalidade do Parque Nacional Sintra/Cascais», nos termos da resolução governamental.

União Europeia

Conferência sobre administração pública em Portugal

Os ministros da administração pública da União Europeia (UE), reunidos, no dia 12, em Viena, concordaram com a realização em Portugal de uma conferência sobre a qualidade dos serviços públicos, na qual cada país apresentará um caso exemplar. A conferência realizar-se-á no primeiro semestre do ano 2000, durante a presidência portuguesa da UE, decidiu a reunião ministerial na qual participa o ministro-adjunto e da Administração Interna, Jorge Coelho, acompanhado pelo secretário de Estado da Administração Pública Fausto

Correia.

Numa intervenção durante os trabalhos, Jorge Coelho considerou ser necessário precisar com clareza o que se está a discutir quando se fala nas *performances* das administrações públicas europeias e apoiou o estabelecimento de critérios homogéneos neste domínio.

Na sequência de uma anterior proposta portuguesa, a reunião de Viena iniciou a discussão da possibilidade de virem a ser estabelecidos prémios de qualidade a nível da UE para os serviços públicos.

BSE: Governo reforça acção fiscalizadora

Capoula Santos continua implacável e determinado na defesa da saúde pública e da qualidade da nossa carne.

No âmbito das medidas complementares de luta contra a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB/BSE), recentemente implementadas pelo Governo, e da actual situação de crise no sector da suinicultura, o Ministério da Agricultura decidiu reforçar a sua acção fiscalizadora, através de um programa alargado de controlo dos animais vivos, carnes frescas e produtos à base de carne.

Assim, desde o passado dia 16, várias brigadas da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, Direcção-Geral de Veterinária e Direcções Regionais

de Agricultura, estão no terreno, a actuar, em todas as regiões do País.

As acções incidem prioritariamente ao nível de operações de estrada e de controlo dos operadores/receptores homologados para trocas intracomunitárias.

Com periodicidade quinzenal, será feito o ponto de situação relativamente aos resultados destas operações.

Com estas acções, o Governo pretende assegurar, de um modo ainda mais rigoroso, o cumprimento da legislação relativa à defesa da saúde e bem-estar animal, e da legislação referente às trocas intracomunitárias de animais das espécies bovina e suína.

J.C.C.B.

GUTERRES ANIQUILA ARGUMENTOS DO PSD

O Orçamento do Estado de 1999 foi aprovado sexta-feira passada, na generalidade, na Assembleia da República, com os votos da bancada socialista, a abstenção do PSD e os votos contra do PCP e do PP. Como unanimemente foi reconhecido, logo na intervenção de abertura António Guterres retirou todos os argumentos ao partido de Marcelo. O primeiro-ministro demonstrou que os grupos sociais mais carenciados serão beneficiados com uma redução de impostos no próximo ano. E, para eliminar dúvidas sobre uma hipotética penalização dos impostos a cobrar à chamada classe média, o chefe do Governo anunciou a possibilidade de recurso a uma cláusula de garantia, em que o contribuinte terá a oportunidade de conservar o esquema dos abatimentos à matéria colectável, caso, eventualmente, conclua ser penalizado pela nova fórmula de deduções à colecta.



lisar as propostas de alteração das taxas de conversão das despesas sociais, bem como do valor limite daquele escalão de rendimento em que, nas inúmeras combinações possíveis das deduções, tal risco de agravamento possa ocorrer».

Avisos à oposição destrutiva

O objectivo para o próximo ano, explicou António Guterres, «é baixar os impostos a pagar por cerca de dois terços dos contribuintes em IRS, ou seja, fazer com que dois milhões de famílias paguem menos». Porém, caso não exista no Parlamento um claro consenso em torno deste objectivo, então, anunciou o Executivo «está disposto a aceitar a inclusão de uma cláusula de garantia». Por esta cláusula de garantia, nenhuma família com rendimentos inferiores a 700 contos por mês terá de pagar mais impostos pelo novo sistema global, pois poderá optar pelo sistema actual. Como sublinhou António Guterres, «desta forma fica definitivamente afastado o temor de penalização das famílias de médio rendimento».

«Este é assim, de novo e uma vez mais, um orçamento de solidariedade social; de coesão nacional, reforçando como nunca os meios à disposição das câmaras municipais, das juntas de freguesia e dos governos regionais dos Açores e da Madeira; de crescimento sustentado e de emprego; de equilíbrio e de rigor; com reduções significativas no IRS para a generalidade dos contribuintes, no IRC para as microempresas, no IVA para bens alimentares e de consumo generalizado, e diversos benefícios para o interior do País», concluiu.

Apesar de o PSD ter optado pela abstenção, o primeiro-ministro deixou sérios avisos quanto à possibilidade de o Orçamento de Estado ser desvirtuado, de forma a provocar a abertura de uma crise política. Pela parte dos socialistas, o objectivo é conservar um ambiente de estabilidade e levar o seu mandato até ao fim. Como fez questão de recordar o secretário-geral do partido, «em momentos anteriores em que a eclosão de uma crise

era unanimemente considerada favorável ao PS, o Governo sempre agiu no sentido de a evitar». No caso dos orçamentos, frisou, «estão para os governos como os salários estão para as famílias. Não se pode viver sem eles».

Em relação às atitudes da oposição, o chefe do Governo não escondeu perante o Parlamento a sua preocupação face aos sinais que têm sido emitidos. «O primeiro sintoma foi o pré-anúncio por parte do PSD e do PP, nos Açores, da possibilidade de, após o recente referendo (sobre regionalização), promoverem o derrube do Governo PS e abrirem uma crise na região. Isto com o objectivo, aliás mais do que duvidoso, de se guindarem eles próprios ao poder».

Já no plano nacional, de acordo com António Guterres, «é verdade que o líder do PSD reafirmou o seu apego à estabilidade política, mas não é menos verdade que também o secretário-geral do PSD já admitiu a possibilidade de chumbar o Orçamento de Estado, afirmando não ter medo de eleições». Ora, frisou o líder do PS, este «acumular de sinais não pode ser ignorado».

«Estou como sempre aberto ao diálogo, mas todos compreenderão que não posso aceitar governar sem Orçamento ou com um Orçamento desvirtuado pelo Parlamento, em contradição com as obrigações externas assumidas pelo Estado Português junto da União Europeia ou com as opções fundamentais do Programa do Governo», avisou, antes de deixar bem claro o seguinte: «Quem quiser impor outro Orçamento, estará com isso, inevitavelmente, a criar as condições para que haja outro Governo.»

Sousa Franco silencia o PSD

Na memória das intervenções políticas proferidas na Assembleia da República, durante a presente legislatura, por certo, ficarão as palavras do ministro das Finanças na sessão de encerramento do debate na generalidade do Orçamento de Estado de 1999. Falando de improviso, ao longo de 45 minutos, Sousa Franco respondeu a todas as provo-

cações feitas pela bancada do PSD e desmentiu as acusações momentos antes lançadas por Manuela Ferreira Leite e também por parte de um deputado do PP.

O titular da pasta das Finanças começou por sublinhar os progressos registados desde que o Executivo tomou posse, não hesitando em classificar o período desde 1996, até hoje, como «três anos de ouro, os melhores da presente década». Neste contexto, evidenciou os múltiplos progressos já registados no nível de vida dos portugueses, em particular da classe média, que teve a possibilidade de comprar mais casas do que nos últimos quatro anos de Cavaco Silva, assim como mais computadores pessoais e telemóveis. «Se esta política tem dado bom resultado, não há nenhuma razão para que não prossiga», comentou, antes de lembrar a necessidade de «respeitar o voto popular» das eleições legislativas de 1995 e advertir que, «se este Orçamento não fosse aprovado, prejudicaria gravemente Portugal».

Se, no primeiro dia de debate, o primeiro-ministro havia observado que o PSD ficara sem argumentos após o anúncio da cláusula de garantia do IRS, já na sessão de encerramento Sousa Franco considerou essa decisão do Governo como uma autêntica «cláusula de perdição» para o partido de Marcelo Rebelo de Sousa.

Retomando as comparações entre os últimos quatro anos de poder de Cavaco Silva e os três anos de António Guterres como primeiro-ministro, o titular da pasta das Finanças realçou a obra do actual Governo em baixar a inflação para níveis reduzidos, assim como a dívida pública e o défice do Estado. «Queriam mais», perguntou, dirigindo-se à bancada do PSD.

Além de rigor económico, Sousa Franco destacou as preocupações sociais inerentes à proposta de Orçamento de Estado. Preocupações que referiu não serem recentes no chefe do Governo, considerando-o até pioneiro, entre os «Quinze» da União Europeia, na defesa de políticas de combate ao desemprego e de maior justiça social, em contraponto com a concepção «ortodoxa» estritamente monetária.

Quanto a algumas das propostas apresentadas pelo PP, o ministro das Finanças adiantou que, até ao final de Dezembro, uma comissão nomeada pelo Governo apresentará o relatório sobre a reformulação da contribuição autárquica. A revisão da Sisa, o imposto sucessório e de selo, o mesmo membro do Governo lembrou os progressos já alcançados, mas recusou-se a tomar medidas desgarradas, fora do âmbito da reestruturação do sistema fiscal. No que respeita à dívida do sector da saúde, Sousa Franco disse haver a consciência de que se trata de um problema difícil, comum a todos os governos europeus, quer pela tendência para o envelhecimento da população, quer pelo encarecimento dos métodos de tratamento.

Se, no final do «cavaquismo», o Tribunal de Contas detectou uma grave situação de

Continua na página seguinte



«É numa lógica de solidariedade e justiça que se desenvolve a parte fiscal do Orçamento do Estado para 1999», afirmou o primeiro-ministro no seu discurso de abertura no debate na generalidade, referindo-se, depois, no que diz respeito ao IRS, a mudanças que configuram «uma verdadeira e profunda reforma». Como lembrou o chefe do Governo na sua intervenção, actualmente, em Portugal, os contribuintes podem descontar aos seus rendimentos despesas diversas (de educação, saúde, habitação). No entanto, este sistema sempre favoreceu os cidadãos com mais altos rendimentos, na medida em que para o mesmo montante de despesas efectuada, os mais ricos recebem um benefício fiscal consideravelmente maior. Por essa razão, explicou António Guterres, o Orçamento prevê que as despesas deixem de ser deduzidas ao rendimento e passem a sê-lo directamente no imposto a pagar, com uma taxa de conversão idêntica para todos. Lembrou, também, que foi agora criado um novo escalão na base da tabela, com uma taxa de 14 por cento, beneficiando todos os contribuintes, embora de forma mais evidente os de menor rendimento, melhorando-se ao mesmo tempo a dedução específica aplicável aos trabalhadores dependentes.

O primeiro-ministro frisou entre outras, medidas que visam a autonomização das despesas de educação, com lares de idosos e de saúde dos ascendentes não deficientes. Foi ainda reconhecida a possibilidade de dedução da quotização para ordens profissionais e de despesas de formação aos trabalhadores dependentes.

«Queremos fazer justiça a favor dos mais carenciados, mas beneficiando também e não penalizando as classes médias», disse. Assim sendo, salientou Guterres, «o Governo está inteiramente disponível para ana-

Continuação

subfinanciamento do sistema, já no presente, como frisou o ministro das Finanças, a realidade é em tudo distinta e «existe uma estratégia para o controlo e para a obtenção de maior eficiência».

«Estamos a controlar as despesas de saúde», garantiu, antes de citar casos de descontrolo financeiro com hospitais construídos ou recuperados no tempo de Cavaco Silva como o Amadora/Sintra, de Matosinhos e de Santo António.

«A presente proposta de Orçamento de Estado é a pedra de cúpula deste edifício de quatro orçamentos, continuados, consequentes e coerentes. E isto traduz a estabilidade política que é, antes do mais, respeito pela democracia: o programa de um Governo eleito para quatro anos, em quatro anos deve ser cumprido», salientou o ministro das Finanças.

Sensibilidade social e modernização

Também o ministro do Trabalho e da Solidariedade, quando usou da palavra no se-

gundo dia de debate do Orçamento de Estado, na generalidade, afirmou haver a consciência de que foram lançadas as bases para um conjunto de transformações estruturais no país. Transformações que permitirão a Portugal, «no prazo de uma geração, ser um país profundamente diferente daquele que somos ainda hoje». Para tal, segundo Ferro Rodrigues, «é necessário prosseguir e aprofundar esta política de sensibilidade social e de modernização, não aceitando que uma seja antagónica da outra, como muitos afirmam ou implicitamente aceitam», acusou.

Neste contexto, de acordo com o membro do Executivo, «o Orçamento de 1999 acolhe uma política que tem como vectores estruturais o investimento na melhoria da preparação do conjunto das portuguesas e dos portugueses para uma economia mais competitiva, bem como a intervenção no sentido de que a vulnerabilidade no emprego e o desemprego não se transformam em desemprego estrutural, com propensão à exclusão». Para evitar esse risco, Ferro Rodrigues aludiu ainda ao facto de, no próximo ano, continuar-se a estratégia adop-

tada no Plano Nacional de Emprego de aperfeiçoamento do sistema de formação profissional ao longo da vida. Isto, acrescentou, «de modo a que possamos combater os baixos níveis de habilitação escolar e de qualificação profissional dos trabalhadores portugueses».

Também no que respeita ao combate à pobreza, o ministro mostrou-se seguro de que já foram dados «passos decisivos. Estudos independentes afirmam que o rendimento mínimo garantido levará, em velocidade de cruzeiro, a que se reduza a severidade da pobreza para metade do que era antes do rendimento garantido». Finalmente, no que respeita a pensões, Ferro Rodrigues demonstrou que, desde 1995, subiu-se 35 por cento o nível da pensão social e aumentou-se mais as pensões baixas das pessoas com carreiras contributivas maiores.

«O Orçamento de 1999 consagra as grandes opções de política que temos vindo a tomar e nos dá enorme responsabilidade de termos as condições de desenvolvimento das políticas que acreditamos», concluiu.

Durante o debate do Orçamento de Esta-

do, também os ministros João Cravinho e Marçal Grilo apresentaram as propostas do Governo para o próximo ano. Sem grandes oposições por parte do PSD, do PP ou do PCP, o ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território apresentou as grandes linhas das Grandes Opções do Plano e demonstrou como este Executivo aumentou substancialmente as transferências para as câmaras municipais e juntas de freguesia, assim como acelerou o ritmo de construção de obras públicas.

Já Marçal Grilo provou que o Governo cumpriu a sua promessa de aumentar em um por cento do Produto Interno Bruto os gastos com a Educação. Grande parte desse dinheiro, sublinhou, foi aplicado na melhoria das condições dos professores, dos alunos e de pessoal não docente, e em investimentos, que cresceram significativamente tanto em termos nominais como reais. Para além das reconhecidas melhorias na educação pré-escolar, Marçal Grilo sublinhou as crescentes despesas do Estado com a Acção Social Escolar no Ensino Superior.

INTERNACIONAL SOCIALISTA Sintra

GUTERRES INSISTE NA DESCIDA DAS TAXAS DE JURO

O primeiro-ministro e secretário-geral do Partido Socialista, António Guterres, abriu, no dia 16, em Sintra, a reunião do Comité Económico, Desenvolvimento e Ambiente da Internacional Socialista (IS), insistindo na necessidade de uma descida generalizada das taxas de juro na União Europeia.

Sem nunca colocar em causa as políticas do Pacto de Estabilidade da Moeda Única para o equilíbrio de preços - ou a ideia do euro como moeda forte e de referência mundial a par do dólar -, o líder dos socialistas portugueses colocou como prioridade o combate ao desemprego e à recessão económica mundial.

Apesar de a crise financeira (iniciada em países asiáticos e na Rússia) ainda não ter contagiado claramente alguns dos «Quinze», o documento em discussão na reunião de Sintra - e que será aprovado no Conselho da IS de Genebra, nos dias 24 e 25 -, pretende assumir desde já um papel preventivo.

No documento são feitas alusões a alguns sinais bem concretos que devem merecer a preocupação dos chefes de Estado e de Governo europeus.

A título de exemplo são referidas as taxas de crescimento económico previstas para 1999, tanto nos Estados Unidos da América, como na UE, as quais foram já revistas em baixa por várias instituições internacionais.

Os partidos socialistas da Europa, actualmente em clara maioria nos «Quinze», vão por isso bater-se por medidas que «permitam relançar o crescimento económico» e esperam que seja retomado um dos principais projectos defendidos pelo ex-presidente da Comissão Europeia Jacques Delors - os «eurobonds».



Stuart Holland, conceituado economista e convidado para participar na reunião de Sintra, defendeu a tese de os «eurobonds» não se limitarem apenas a investimentos em obras públicas ou na recuperação de tecidos industriais, mas também estenderem-se aos sectores da saúde, educação, reconversão urbana e ambiente.

Além dos assuntos relacionados com a entrada em vigor do euro e com o próprio futuro da União Europeia, o Comité Económico, Desenvolvimento e Ambiente da IS procedeu também a uma análise do impacto da recessão financeira em países da América do Sul, em particular no Brasil. O Brasil foi unanimemente considerado o «verdadeiro pólo de estabilidade ou de instabilidade central dentro da América Latina».

Reforço dos poderes políticos sobre capitais

Perto do final da reunião, Guterres defen-

deu maiores poderes de intervenção para os governos nacionais em relação ao movimento de circulação de capitais e às instituições financeiras internacionais.

O secretário-geral do PS disse estar disposto a bater-se pela transformação do «G-7» num Conselho de Segurança Económico (a funcionar no âmbito das Nações Unidas) e pela aplicação de uma taxa aos movimentos internacionais de capitais de curto prazo, que classificou de «especulativos».

Estas foram algumas das propostas que mereceram consenso na reunião do Comité Económico de Desenvolvimento e Ambiente da IS, que foi presidida pelo secretário-geral do PS.

Na conferência de imprensa final, António Guterres adiantou que levará ao Conselho da Internacional Socialista, que se realizará em Genebra, propostas para uma reforma das instituições financeiras de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), a

começar pela criação de um Conselho de Segurança Económico (em vez do actual «G-7»), alargado a mais países e a outros continentes, deixando assim de se limitar ao hemisfério Norte.

Uma segunda medida que saiu da reunião de Sintra passa pela reforma do Banco Mundial, que, segundo o líder do PS, «deve também orientar o seu papel para a esfera social, designadamente, para as questões do emprego, e não somente para aplicação de regras de condicionalidade estritas no plano financeiro».

Sobre o Fundo Monetário Internacional (FMI), Guterres defendeu um «aumento do controlo político por parte dos governos nacionais em relação ao funcionamento desta instituição».

No que respeita ao comércio internacional, os representantes dos países da Internacional Socialista presentes na reunião concordaram reforçar os conceitos de «comércio justo», através da introdução de cláusulas de natureza social.

António Guterres explicou, depois, que o imposto sobre a circulação de capitais de curto prazo será sempre «muito reduzido» e que a receita daqui proveniente, designada por fundo de contingência, será sempre gerido pelo FMI.

Na reunião de Sintra estiveram representadas delegações de 15 países com partidos filiados na IS, provenientes dos continentes americano, africano e europeu.

Além da presença do presidente do Comité Económico de Desenvolvimento e Ambiente, António Guterres, participaram ainda no encontro o secretário-geral da IS, Luís Ayala, bem como os dirigentes do Partido Socialista Europeu, Hannes Swoboda e Jean Pierre Fournier.

DESTAQUE - CM

Segurança administrativa

EXECUTIVO SOCIALISTA CRIA POLÍCIAS MUNICIPAIS

O Conselho de ministros aprovou, na passada sexta-feira, dia 13, a criação das polícias municipais, classificadas como serviços de polícia administrativa dotados de autoridade civil.

O anúncio da aprovação desta proposta de lei, a ser submetida ainda ao Parlamento, foi feito pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, no final da reunião do Conselho de Ministros.

O diploma define as polícias municipais como polícias de natureza administrativa às quais compete garantir o cumprimento das leis e regulamentos que envolvem competências municipais de fiscalização.

Compete-lhes também promover, no respectivo concelho, acções de sensibilização e divulgação de matérias de interesse social, designadamente nos domínios da prevenção rodoviária e ambiental.

Assim, estão previstas para estas polícias responsabilidades nos domínios da fiscalização e regulação da circulação rodoviária e pedonal, bem como a colaboração com autoridades judiciais e de polícia criminal, nomeadamente na detenção em



caso de flagrante delito e no accionamento de medidas necessárias à preservação das provas.

No leque de funções da polícia municipal inclui-se, igualmente, a elaboração de autos de notícia ou de denúncia, o policia-

mento ambiental ou mortuário e a instrução de processos de contra-ordenação, transgressão e por acidente de viação.

Às polícias municipais compete ainda a fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais e da aplicação de normas

legais nos domínios do urbanismo, construção, defesa/protecção dos recursos cinergéticos e da qualidade de vida das populações.

A proposta de lei prevê que as polícias municipais sejam claramente distintas das forças de segurança, designadamente no que respeita à dependência hierárquica (pois dependem do presidente do município), modo de criação (que compete à Assembleia Municipal) e armamento (meramente defensivo e só usado nas horas de serviço).

Segundo o ministro Jorge Coelho, a criação das polícias municipais - serviços de polícia administrativa dotados de autoridade civil - representa ainda a concretização de um dos pontos do Programa do Governo.

Quanto às polícias municipais de Lisboa e Porto, já existentes, poderão beneficiar de um regime especial transitório cujo prazo máximo foi fixado em cinco anos.

Os princípios enquadramentos das polícias municipais serão regulamentados pelo Governo no prazo de 60 dias e a respectiva lei deverá ser revista dois anos após a sua aplicação concreta.

DESTAQUE - CM

Informatização Judiciária

MODERNIZAR OS TRIBUNAIS

O Governo aprovou, no dia 13, um Programa de Informatização Judiciária, que visa alargar a rede de equipamentos informáticos até quase todos os tribunais do País nos próximos dois anos, anunciou o ministro da Justiça, Vera Jardim.

O objectivo é a instalação generalizada de infra-estruturas de redes e equipamentos informáticos que permitam o tratamento e circulação electrónica de informação a nível nacional.

O programa visa ainda a produção de software normalizado de suporte à gestão integrada de processos, prioritariamente para a área cível e penal, e também o desenvolvimento e consolidação de serviços de apoio e administração dos sistemas informáticos dos tribunais.

A rede estruturada no Palácio da Justiça de Lisboa está já em fase de instalação, seguindo-se a aquisição e instalação de redes estruturantes em 28 tribunais.

Está também em curso a produção e implantação de uma solução informática de suporte automático à gestão de processos (cível e penal) que tenha em conta as necessidades dos juizes e agentes do Ministério Público, dos oficiais de justiça e dos advogados.

O objectivo é que esta rede venha a integrar o registo inicial e acompanhamento de todo o ciclo processual, com automatização



das tarefas repetitivas e sem redundâncias de entradas de informação.

Foi já lançado um concurso internacional, estando agora em fase de conclusão a análise técnica das propostas apresentadas.

Os 28 tribunais em causa são, designadamente, o Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Administrativo, Tribunal da Relação de Lisboa, DIAP de Lisboa, Tribunal de Trabalho de Lisboa, Tribunal Administrativo de Círculo e Tribunal de Recuperação de Empresas em Falência de Lisboa, e ainda os tribunais de Moita, Seixal, Oeiras, Cascais, Mafra, Alenquer, Maia, Vila Nova de Gaia, Ponte de Lima, Arouca, Coimbra (Palácio da Justiça e Edifício Arnado), Tábua, Cantanhede, Nazaré, Leiria, Fornos de Algodres, Fundão, Ferreira do Alentejo, Portimão, Loulé e Funchal.

DESTAQUE - CM

Finanças do Estado

APROVADO ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 13, uma proposta de Orçamento Rectificativo, a apresentar na Assembleia da República, num total de 56,78 milhões de contos.

Segundo o Executivo, as novas despesas não agravam o défice, já que têm como contrapartida poupanças e diminuição de encargos de dívida.

Assim, o Governo vai apresentar quatro «ajustamentos» à despesa, salientando-se os «encargos decorrentes da BSE, das missões de paz internacionais, do plano de regresso da Guiné-Bissau, do referendo sobre a regionalização e sobre a interrupção voluntária da gravidez e outros compromissos passíveis de poderem vir a ser concretizados», no montante total de 26,58 milhões de contos.

Para além destes pontos, acresce ainda «bonificações de juros para crédito à habitação, decorrentes do crescimento do número de pedidos», no montante de 19,2 milhões de contos.

O Executivo socialista vai ainda atender à necessidade de «reforço da ADSE e dos serviços de saúde do Ministério da Administração Interna», no valor de dez milhões de contos, mais uma transferência destinada à sociedade Porto 2001, SA, no montante de um milhão de contos.

Em termos de contrapartidas foram seleccionadas as respeitantes «à diminuição



de encargos correntes com a dívida e as que resultam de estimativas de execução abaixo do previsto em projectos inseridos no capítulo 50».

Assim, a reorientação da despesa por poupança noutras áreas será de 47 milhões de contos, enquanto o aumento da receita ascenderá a 9,78 milhões de contos, o que perfaz um valor idêntico ao da despesa descrita, ou seja, 56,78 milhões de contos.

O Governo aprovou ainda a «possibilidade de aumentar o endividamento líquido das regiões autónomas» até ao montante de cinco milhões de contos para cada região.

Segundo o comunicado da presidência do Conselho de Ministros, o orçamento rectificativo «prevê uma redução global da despesa, em relação orçamento inicial para 1998, de 23 milhões de contos, por poupanças nas mais diversas áreas do orçamento global do sub-sector Estado».

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO - O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, presidiu, no dia 13, em Coimbra, à sessão de abertura do I Concurso de Pós-Graduação em Direito do Consumo, que se realizou na Faculdade de Direito de Coimbra.

Este curso surgiu de um protocolo celebrado entre o Instituto do Consumidor e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, visando a organização, durante os próximos cinco anos, de cursos de pós-graduação em Direito do Consumo.

Assim, espera-se assegurar uma formação especializada de juristas numa área de crescente importância social e de abundante produção legislativa a nível nacional e comunitário.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA - O secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, afirmou, no dia 14, em Portalegre que «nos últimos três anos a área de floresta ardida em Portugal reduziu para menos de metade» em relação a anos anteriores.

Vara, que falava na sessão solene comemorativa do centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, acrescentou que, no ano em curso, «apesar das altas temperaturas registadas», a área de floresta ardida foi «menos de metade» da registada em anos anteriores.

O governante anunciou que o Executivo socialista vai investir dois milhões de contos, até ao ano 2000, para dotar com auto-escadas 30 corporações de bombeiros cujos quartéis estejam localizados em sedes de concelho. O início deste programa decorrerá em breve, em Portalegre, com a entrega desse equipamento à corporação local.

O secretário de Estado referiu que no distrito de Portalegre, no próximo ano, ficará «completa a rede de instalações de bombeiros, com excepção de Fronteira, que tem a associação mais nova do Alto Alentejo».

Armando Vara referiu ainda que, nos últimos três anos, foram investidos «mais de dois milhões de contos por ano em equipamentos e meio milhão de contos para formação e requalificação de recursos humanos» no respeitante a bombeiros.

Com base neste investimento, acrescentou Vara, foi possível dotar a Escola Nacional de Bombeiros de uma «estrutura e dinâmica completamente diferente» e começou a funcionar o Centro de Formação de Bombeiros de Bragança, estando ainda previsto avançar os centros de Castelo de Vide e da Lousã.

AGRICULTURA - O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, empossou, no dia 12, em Lisboa, o Grupo de Acompanhamento para a aplicação das medidas relativas ao combate à Encefalopatia Espongiforme dos Bovinos (BSE).

O referido grupo será presidido pelo próprio ministro da Agricultura e composto por várias personalidades especialistas na matéria.

AVEIRO - O governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, deslocou-se, no dia 14, às freguesias de São Roque e Carregosa, a convite dos presidentes das respectivas Juntas do concelho de Oliveira de Azeméis, para visitar várias infra-estruturas sociais.

No mesmo dia Antero Gaspar presidiu à inauguração da Associação de Cicloturismo do Centro, em Oliveira de Azeméis.

COMÉRCIO - O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo de Castro, presidiu, no dia 16, na Marinha Grande, à apresentação do «Estudo Global de Urbanismo Comercial do Centro da Marinha Grande», um documento elaborado no âmbito do PROCOM e que pretende modernizar e dinamizar o centro da cidade, trazendo devolvendo-lhe o protagonismo que já o caracterizou.

Trata-se, pois, de um projecto que na prática será desenvolvido em parceria com a autarquia local e que levará a que no próximo ano o centro da Marinha Grande esteja em obras.

Acompanhados por uma Unidade de Gestão - a constituir -, os comerciantes terão de levar a cabo, até Dezembro de 1999, todos os investimentos privados, enquanto que a Câmara Municipal terá de contratar todos os investimentos públicos até à mesma data e dar os trabalhos por concluídos até 2001.

O município terá a seu cargo os arruamentos, estacionamento e alterações de trânsito, para que o centro histórico fique «funcional».

DESPORTO - O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, presidiu, no dia 13, em Lisboa, ao jantar de abertura do congresso da Federação Internacional dos Futebolistas Profissionais (Fifpro).

A Fifpro agrupa os sindicatos dos jogadores de futebol existentes em todo o mundo, tendo reunido em Lisboa sensivelmente 21 associações sindicais.

Mais tarde, Miranda Calha, esteve presente na sessão solene comemorativa do 77º aniversário do clube Desportivo do Paço de Arcos, condecorando o clube com a medalha de mérito desportivo.

EQUIPAMENTO - O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do território, João Cravinho, acompanhou, no dia 15, o primeiro-ministro, António Guterres, numa visita ao eixo ferroviário Norte-Sul, apresentando, em viagem experimental, o novo serviço ferroviários que ligará as duas margem do rio Tejo.

JUSTIÇA - O ministro da Justiça, Vera Jardim, acompanhado pelo secretário de Estado da Justiça, José Luís Lopes da Mota, inaugurou, no dia 18, em cerimónia presidida pelo primeiro-ministro, António Guterres, o Palácio de Justiça de Cascais.

No dia 17, Vera Jardim descerrou o busto do juiz conselheiro Almeida Borges, que foi presidente do Supremo Tribunal de Justiça entre 1975 e 1980, num acto oficial no qual esteve também presente o secretário de Estado adjunto, José Manuel de Matos Fernandes.

JUVENTUDE - O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, visitou, nos dias 13 e 14, o distrito de Aveiro, para retomar o contacto directo com os jovens e as suas múltiplas realidades.

Da visita destacou-se a abertura da Mostra Nacional de Jovens Criadores, cuja digão se realiza amanhã, na Câmara Municipal de Aveiro.

Recorde-se que o Concurso Jovens Criado-

res nasceu da parceria entre a Secretaria de Estado da Juventude e o Clube Português de Artes e Ideias, para dar a conhecer novos artistas cuja obra ainda não se encontra suficientemente divulgada.

Nestes dois dias de visita a Aveiro foram, igualmente, inaugurados os CDTI's de Santa Maria da Feira e de São João da Madeira.

PESCAS - O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, presidiu, no dia 14, à sessão de abertura do II Encontro de Pescas da Universidade do Algarve, um evento organizado pelo Centro de Ciências do Mar deste estabelecimento de ensino superior.

O encontro visou a apresentação ao sector do trabalho de investigação a decorrer na

Universidade do Algarve e a discussão em torno da forma como se procederá à transferência dos resultados da referida pesquisa para a actividade produtiva, contribuindo assim para uma maior aproximação da comunidade piscatória do Algarve, ao colocar ao seu serviço o saber e a reflexão da comunidade académica.

SAÚDE - A ministra da Saúde, Maria de Belém, presidiu, com o ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 16, em Lisboa, à cerimónia de abertura da III Semana Europeia de Prevenção das Toxicodependências, sobre a prevenção do uso de «Exctasy» e de outras drogas de contracção.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 13 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou.

- Uma proposta de lei que estabelece o regime e forma de criação das Polícias Municipais;
- Um decreto-lei que atribui ao Consórcio Auto-Estradas do Atlântico - Concessões Rodoviárias de Portugal, SA, a concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada na zona Oeste de Portugal
- Um decreto-lei que aprova o regulamento da inspecção tributária;
- Um projecto de decreto-lei que prevê a possibilidade de fiscalizar a situação tributária por iniciativa do próprio contribuinte ou de terceiro que demonstre interesse legítimo;
- Uma deliberação que autoriza a realização da despesa para aquisição de aeronaves militares para a Força Aérea Portuguesa;
- Uma resolução que aprova o Programa de Informatização Judiciária;
- Uma proposta de lei com o Orçamento Rectificativo de 1998;
- Um conjunto de resoluções que aprovam a delimitação das Reservas Ecológicas Nacionais (REN) de Lamego, Santarém, Macedo de Cavaleiros, Vila do Conde, Tabuaço, Amarante e Vila Pouca de Aguiar.
- Um decreto-lei que define o regime de coordenação do ensino do português no estrangeiro;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica das Delegações Regionais do Ministério da Economia;
- Um decreto-lei que aprova o processo de reprivatização da totalidade do capital da Carbolis - Gases Industriais, SA;
- Um decreto-lei que altera algumas disposições do regulamento das condições higiénicas e técnicas a observar na distribuição e venda de carnes e seus produtos;
- Um decreto-lei que cria uma moratória com bonificação da taxa de juro e uma linha de crédito de curto prazo para as entidades que se dediquem à produção de leitões, ou à recria e acabamento de leitões, ou, ainda, à produção, recria e acabamento de leitões em ciclo fechado;
- Um decreto-lei que cria uma linha de crédito para as cooperativas de transformação e comercialização e para as organizações e agrupamentos de produtores reconhecidas no âmbito da regulamentação comunitária;
- Um decreto-lei que altera o n.º 1 do artigo 37º do decreto-lei n.º 249/98, de 11 de Agosto, que procedeu à reestruturação da Inspeção-Geral de Finanças;
- Um decreto que declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Núcleo Histórico da Vila de Constância, no município de Constância;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Luta Contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transacções Comerciais Internacionais da OCDE;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização da Cidade de Paredes, no município de Paredes;
- Um resolução que autoriza a prestação de uma garantia pessoal do Estado, ao empréstimo obrigacionista a emitir pela Região Autónoma da Madeira, junto dos Bancos CIFS - Banco de Investimento, SA, BANIF - Banco Internacional do Funchal, SA, e da Caixa Geral de Depósitos, SA, no montante de 12 milhões de contos;
- Um resolução que concede uma garantia pessoal do Estado, no montante do empréstimo no valor de 818 213 000 escudos a contrair pela Beirafrío - Indústria de Produtos Alimentares, SA, junto do Sindicato Bancário liderado pelo Banco Totta & Açores, SA;
- Uma resolução que nomeia Diogo Pires Aurélio presidente da Comissão Nacional da UNESCO;
- Um decreto-lei que aprova o novo regime jurídico das empreitadas de obras públicas;
- Um decreto-lei que define o acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas e industrial de construção civil;
- Um decreto-lei que cria o Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência;
- Um decreto-lei que estabelece normas relativas ao processo de angariação de receitas para fins de beneficência e assistência.

PARLAMENTO

DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Orçamento de Estado

«OS PORTUGUESES NÃO SE DEIXARAM ENGANAR!»



O deputado socialista Artur Penedos disse, no dia 12, no Parlamento, que o Orçamento de Estado para 1999 «não só dá continuidade como concretiza uma ideia de

um modelo social que coloca a pessoa humana acima do mero valor estatístico». «Os pessimismos que em 1995 se abatiaram sobre jovens, idosos, desempregados e os excluídos da nossa sociedade não se concretizaram», lembrou o parlamentar do PS, acrescentando que, «pelo contrário, a determinação e a indispensável sensibilidade social que caracterizam a atitude do Governo possibilitaram o restabelecimento da esperança e o retomar da confiança num futuro melhor».

Numa referência ao Rendimento Mínimo Garantido (RMG), Artur Penedos considerou que o Executivo socialista, ao invés da administração laranja, «concretizou uma medida indispensável ao combate à pobreza e à exclusão social».

O deputado do GP/PS lembrou, ainda neste âmbito, que o RMG beneficiava, já em Junho passado, 87 mil agregados familiares e 270 mil indivíduos.

«Hoje, de acordo com a informação do senhor ministro do Trabalho e Solidariedade, o RMG estende-se já a 350 mil pessoas, promovendo assim, a satisfação mínima das necessidades básicas dos cidadãos», referiu.

Segundo Artur Penedos, «no domínio da Segurança Social, antes de os portugueses manifestarem nas urnas a confiança e a esperança no Partido Socialista, a tese dominante traduzia-se num alarmismo e insegurança quanto ao futuro da manutenção do regime de Segurança Social». Mas, apesar de todo um quadro pintado de tonalidades cinzentas pela paleta laranja, «os portugueses não se deixaram enganar!». É que, na actualidade, o Governo socialista, fiel aos princípios e valores de solidariedade, «não só garantiu o pagamento das reformas como promoveu os maiores aumentos de que há memória».

De acordo com o parlamentar do PS, o Orçamento de Estado para 1999 apresentado pelo Executivo socialista tem como objectivo central o prosseguimento de um conjunto de iniciativas de «relevante interesse nacional», tendentes a concretizar o Programa de Governo.

A flexibilização da idade da reforma, a diferenciação positiva das taxas de substituição a favor dos beneficiários com rendimentos mais baixos, a melhoria dos níveis de pensões em função da carreira contributiva e da idade dos pensionistas, bem como o reforço da rede de equipamentos e serviços dirigidos às famílias foram as medidas destacadas por Artur Penedos.

Relativamente ao sector do emprego, o deputado do GP/PS frisou que o Executivo socialista valorizou o papel dos parceiros sociais e procurou encontrar soluções consensuais.

«Os níveis de desemprego, que os nossos antecessores sempre procuraram escamotear, situavam-se, em 1995, acima dos 7 por cento, e agora, graças à acção política desenvolvida por este Governo, essa cifra

situa-se nos 4,6 por cento», explicou.

Para terminar a descrição das medidas político-sociais da administração PS, que como fez questão de sublinhar, não pretendia ser exaustiva, mas exemplificativa, Artur Penedos lembrou que foi o Executivo chefiado por António Guterres que «eliminou o quadro de excedentes que lhe foi legado pelo anterior Governo», «regularizou as situações de trabalho precário e ilegal», reformou o Regime de Carreiras da Administração Pública, zelando pelos cidadãos, pela qualidade dos serviços e no rejuvenescimento dos quadros funcionais. Tudo isto e muito mais «deixa claro que a dinâmica imprimida pelo Governo no combate à exclusão social e à melhoria da qualidade de vida dos portugueses foram e serão sempre objectivos a prosseguir», concluiu Artur Penedos.

MJR

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

Orçamento de Estado

O CAMINHO DA SERIEDADE E DA COERÊNCIA



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoiou, com «total convicção» as propostas legislativas apresentadas no Orçamento de Estado (OE) para 1999 porque elas são boas, justas, responsáveis, consolidam o crescimento e asseguram a convergência real com as economias europeias.

As garantias foram dadas pelo deputado socialista Manuel dos Santos, durante a sessão plenária do Parlamento em que foi discutido e aprovado, na generalidade, o Orçamento do Estado para o próximo ano. Segundo Manuel dos Santos, a quarta e última proposta orçamental do Executivo socialista para a actual legislatura «corresponde à política financeira do Governo no quadro dos seus compromissos com a União Europeia».

«Esta é a proposta que traduz, consolida e reforça, no plano financeiro, o compromisso estabelecido pelo PS com o eleitorado que esteve na origem da confiança e mandato obtidos nas eleições de 1995», reiterou.

Na opinião do parlamentar socialista e de acordo com as declarações proferidas pelo primeiro-ministro, António Guterres, não se poderá tolerar, por razões de interesse nacional, que o OE seja desvirtuado nem que a administração PS seja obrigada, com isso, a aderir a uma política financeira que lhe é alheia.

Convicto de que a proposta orçamental do Governo socialista foi apresentada pelo caminho certo, o da coerência e seriedade, Manuel dos Santos não se priva de fazer um breve balanço.

«Começa a ser tempo para que cada um pague pelo que faz, pelo que não faz, pelo que não deixa fazer, introduzindo na vida política portuguesa o princípio da responsabilização plena e eliminando a impunidade que é normalmente a tábua de

salvação dos que nada fazem e nada sabem», disse o deputado do GP/PSD, acrescentando de seguida que «o Governo tem orientado a sua acção pelo cumprimento dos compromissos eleitorais assumidos solenemente perante o povo português».

Nas palavras de Manuel dos Santos, «Portugal é hoje o país da Europa comunitária com a menor taxa de pressão fiscal», facto que desmente todas as afirmações e raciocínios da bancada laranja relativamente ao pretendo aumento de impostos.

Mas, para o parlamentar socialista, mais importante do que as discussões teóricas e técnicas é o sentimento dos cidadãos de Portugal.

«Os portugueses o que verdadeiramente não querem é que se mantenham as situações de iniquidade fiscal ou se continue a aumentar, sem rei nem roque, o despesismo inconsequente e sumptuário» considerou.

Convencido de que a tarefa do Executivo não se limita aos objectivos de não aumentar impostos e consolidar as finanças públicas, Manuel dos Santos fez questão de sublinhar que a administração socialista se comprometeu a «compatibilizar o rigor orçamental com a consciência social, aumentando significativamente, e ano após ano, a afectação dos recursos públicos para os sectores sociais, assumindo a curto e médio prazos uma evidente preocupação de justiça e de equidade no tratamento de todos os portugueses e de todas as portuguesas».

Referindo-se ainda a um outro «slogan» demagógico utilizado pela direita radical - «O Governo não faz reformas» -, o deputado socialista frisou que as reformas estruturais que comprometem o Executivo PS têm a ver com o desenvolvimento e com a justiça social, sendo feitas dia-a-dia e traduzindo-se plenamente quer nas Grandes Opções do Plano que no Orçamento de Estado para 1999.

MJR

DEPUTADO MARQUES JÚNIOR

Segurança

MAIOR INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURAS E PESSOAL



Numa intervenção centrada sobre o muito que tem sido feito pelo Governo socialista na área da segurança dos cidadãos com expressão no Orçamento de Estado,

em geral, e no da Administração Interna em particular, o deputado do PS Marques Júnior salientou no dia 12, no Parlamento, que o orçamento da Administração Interna «subiu, na legislatura, 22,4 por cento e que a sua orientação foi para as rubricas que têm mais a ver com a questão específica da segurança dos cidadãos e das condições de funcionamento das forças e serviços de segurança».

No total, frisou, «a segurança interna subiu 17,4 por cento; no pessoal 22 por cento; no PIDDAC o aumento foi de 85,7 por cento; o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras subiu 48,6 por cento e o Serviço Nacional de Bombeiros subiu 50,5 por cento».

Como é fácil de ver, sublinhou, «o maior investimento foi em infra-estruturas e em pessoal para dar condições de maior dignidade às forças e serviços de segurança como elemento indispensável da sua mais qualificada acção policial, operacional e cívica, e a na melhoria da formação e acréscimo de agentes como elementos fundamentais e estruturantes de uma polícia moderna e qualificada de proximidade dos cidadãos».

Formação técnica e cívica

Conforme referiu Marques Júnior, «um ou-

tro elemento não menos importante é aquele que se verifica na formação das forças e serviços de segurança que, além de contribuírem para reforçar o contingente disponível, proporcionam uma importante renovação geracional com reflexos na qualidade da sua formação quer técnica quer cívica, que são atributos indispensáveis a uma correcta acção policial orientada por padrões de modernidade e de proximidade dos cidadãos».

A este propósito, lembrou que entre Outubro de 1995 e Setembro deste ano, «só no âmbito da PSP 3 078 novos guardas receberam formação e iniciaram funções, tendo iniciado a sua formação há cerca de um mês, mais 1 230 guardas, o que perfaz até ao fim da legislatura 4 308 novos guardas».

Sublinhando que para os socialistas, «melhor segurança são meios e melhor qualidade», o capitão de Abril lembrou que o investimento global das duas forças de segurança (PSP e GNR), considerando as cerca de 120 obras e toda a gama de material e equipamento adquirido, «representa um esforço nesta legislatura superior a 70 milhões de contos».

Marques Júnior referiu ainda que «as esquadras foram equipadas com meios informáticos e de comunicações, faxes, computadores, fotocopiadoras e rádios emissores/receptores» e que foi implementado «um programa de novas construções, para além da conservação e remodelação das existentes que só no caso da PSP totalizaram 95 edifícios policiais».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO HENRIQUE NETO

Orçamento de Estado

DA PERIFERIA PARA O CENTRO...



«O Orçamento de Estado para 1999 que a equipa do Ministério das Finanças apresentou neste Parlamento honra o Governo, desde logo porque é consistente com a política económica prosseguida durante toda a legislatura e com as promessas eleitorais do Partido Socialista».

Foi com estas palavras que o deputado do PS Henrique Neto classificou, no dia 11, no hemiciclo de São Bento, a proposta orçamental do Executivo para o próximo ano.

Segundo o parlamentar socialista, a coerência deste Orçamento de Estado (OE) é «um valor relevante», uma vez que tem contribuído para solidificar a confiança dos portugueses no Governo.

«Este facto é tanto mais de realçar porquanto todos nós recordamos que nos governos anteriores do professor Cavaco Silva foram constante as alterações na política

económica, ao sabor dos diferentes ministros que passaram pela pasta das Finanças, com resultados negativos de instabilidade dos factores económicos, nomeadamente as subidas e descidas das taxas de juro e da inflação e com o resultante crescimento do desemprego», lembrou.

Na opinião de Henrique Neto, o OE para 1999 não é apenas um bom orçamento, «é também um valioso e coerente instrumento das políticas do Governo socialista, prosseguidas desde a vitória eleitoral de Outubro de 1995».

Neste contexto, o deputado do GP/PS não hesita em classificar algumas afirmações de alguns dirigentes do PSD sobre a pretensa não contenção das despesas do Estado de «ridículas e pouco sérias».

É que, «as despesas de funcionamento do Estado, as más despesas do dizer do senhor ministro das Finanças, foram reduzidas de 27,5 por cento, em 1998, para 27,4 neste orçamento», disse Henrique Neto, esclarecendo de seguida que «o PS não

prometeu e nunca pretendeu reduzir os recursos do Estado dedicados às funções sociais como a educação, a saúde e a Segurança Social, como não quer negar os recursos necessários para combater a pobreza, a toxicod dependência e para a concretização do rendimento mínimo garantido».

«Ou seja, aquilo que o PSD reclama através das reduções das despesas do Estado não é mais do que a aceitação passiva do nosso atraso histórico relativamente a outros países europeus, já que reduzir as despesas do Estado, sem qualquer critério e sem absoluta necessidade, seria deixar que a exclusão social, ainda tão presente na nossa sociedade continuasse sem um combate sério e determinado», reiterou.

Na opinião do deputado socialista, «apenas a irresponsabilidade habitual a que o PSD já nos habituou permite acusar este orçamento de despesista e propor, ao mesmo tempo, um grande agravamento da despesa, com a particularidade disso ser feito sem a apresentação de qualquer orçamento alternativo».

Mas, não é apenas por consciência social que este OE merece a aprovação da

Assembleia da República. Na opinião de Henrique Neto, o orçamento prima por um «notável equilíbrio entre os objectivos sociais do Governo e a necessidade de promover o desenvolvimento económico, a criação de riqueza e o emprego».

É no sector do desenvolvimento económico e da internacionalização que o deputado do PS aponta o melhoramento do acesso aos mercados, matérias-primas e equipamentos como condição prioritária, não hesitando em incentivar publicamente à aposta num investimento nos transportes intermodais.

Para evitar o risco de aumentar a nossa dependência face aos sistemas logísticos alheios é preciso, segundo Henrique Neto, delinear uma estratégia em que o nosso país não seja visto como estando na periferia europeia, mas no centro de três continentes.

«É interessante pensar que o mar está no centro das economias do Pacífico e que a Europa é, ao invés, uma economia rodeada pelo mar, para concluir que a posição e a vocação de Portugal é a de unir estas realidades, ligando o Atlântico, interior de três continentes, com o exterior, a periferia geográfica da Europa», terminou.

MJR

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Orçamento de Estado

CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO



O deputado socialista Joel Hasse Ferreira disse no dia 12, na Assembleia da República, que a aprovação do Orçamento de Estado para 1999 «constituirá mais um passo no sentido da consolidação de uma estratégia de desenvolvimento económico, de solidariedade social, de equilíbrio financeiro, de equidade fiscal, num contexto descredenciado de uma nação democrática e europeia».

Numa intervenção em que fez uma análise séria e rigorosa do Orçamento de Estado para 1999, Joel Hasse Ferreira começou por sublinhar que o documento apresentado pelo Governo «fecha com chave de ouro o conjunto de orçamentos desta legislatura».

Trata-se de um Orçamento que, segundo o deputado do PS, «exprime a consolidação de uma trajectória de crescimento económico, de aumento do investimento público e de melhoria de condições para o investimento privado, de redução significativa da dívida pública e do défice orçamental, de incremento da solidariedade social, de melhoria da equidade e da eficácia fiscal».

Numa «crítica construtiva» a algumas intervenções de deputados da oposição, Joel Hasse Ferreira considerou as críticas do PCP como as «mais bem apresentadas e que integram nomeadamente preocupações sociais sérias».

No entanto, salientou que a linha de sepa-

ração entre o PS e o PCP neste orçamento é uma questão de fundo, ou seja, o euro. «Que sentido continuará a ter, nos próximos orçamentos nacionais, estar contra um novo espaço monetário que gostaríamos fosse o espaço do futuro, onde o desenvolvimento económico, a solidariedade social, coexistam com o equilíbrio financeiro e um emprego cada vez mais alargado e qualificado», afirmou.

Quanto à postura da bancada do PSD, Joel Hasse Ferreira pôs o dedo na ferida ao questionar os deputados laranjas: «Serão vossas excelências capazes de contribuir para que este orçamento seja ainda mais virtuoso ou querem descaracterizá-lo? Esta é a questão».

Relativamente às preocupações dos populares, ex-centristas, quanto à habitação, o deputado do PS recordou que nunca, como agora, tantas famílias compraram casa.

«Não nos lembramos de tão florescente período no sector habitacional», disse.

Depois de lembrar aos mais distraídos o muito que já foi feito no domínio fiscal, o deputado socialista salientou que «este Governo cumpre numa legislatura as promessas feitas há pouco mais de três anos». Na sua intervenção, Joel Hasse Ferreira desmontou ainda com provas irrefutáveis as pseudo-previsões feitas antes das eleições de 95 por alguns Velhos do Restelo, segundo as quais, entre outras barbaridades, os socialistas no governo trariam o caos, o desemprego, não cumpririam os orçamentos.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO ANTÓNIO MARTINHO

BSE

DESMONTADA CASSETTE ALARMISTA



A cassette do «alarmismo» e da «irresponsabilidade», no caso da BSE, agitada no dia 11, na AR, pelo aguerrido e ortodoxo deputado comunista Lino de Carvalho fez «plof». Reagindo às afirmações do parlamentar do PCP, o deputado socialista António Martinho interveio e desmontou toda a argumentação. «Só uma intervenção injusta, injustificada e próxima do alarmismo e da irresponsabilidade me levaram a tomar a palavra na sequência da intervenção do sr. deputado Lino de Carvalho», começou por dizer o deputado António Martinho.

Num tom marcado pela firmeza e pedagogia democrática, o deputado do PS considerou «injusta» a intervenção do parlamentar comunista porque «acusou o Governo de ter feito pouco para enfrentar um problema tão grave, é verdade, mas que ninguém de boa fé pode deixar de ver o muito que já foi conseguido» e «injustificada» tal como a atitude da Espanha ou da Comissão Europeia, «exactamente porque desproporcionada e sem sentido».

António Martinho classificou ainda a intervenção do deputado do PCP como «próxima do alarmismo e da irresponsabilidade», porque, frisou, «não é por estar sempre a repetir algumas afirmações do relatório que apresentou à Comissão de Agricultura que elas são verdadei-

ras ou passam a estar fundamentadas». Segundo sublinhou o deputado do PS, «este Governo, ao contrário do que o sr. deputado Lino de Carvalho pretende fazer crer na sua intervenção, tem vindo a combater de uma forma persistente e eficaz a BSE, tendo aplicado até ao momento todas as medidas aprovadas pela União Europeia e que deviam ser transpostas para a ordem jurídica portuguesa».

Perante o crescente nervosismo da bancada comunista, desde ortodoxos a renovadores «soft», António Martinho lembrou ainda que «foi este Governo e não outro que aprovou e tem vindo a pôr em prática um conjunto de medidas de combate à BSE, de uma forma determinada, transparente e eficaz».

De entre elas, o deputado socialista destacou a aprovação e execução do Programa de Vigilância, Controlo e Erradicação da BSE, considerado um «luxo sanitário» por responsáveis europeus, desde Abril de 1996, que até 31 de Julho deste ano levou ao abate de 5 781 animais, «clínicamente suspeitos ou co-habitantes» nas explorações em que se registaram casos de animais doentes com a BSE.

Para António Martinho, «não tem sentido acusar o Governo de negligência e de irresponsabilidade», dado que «nem um só caso de BSE desde 1995 pode ser considerado da responsabilidade deste Governo».

J. C. C. B.

HOMENAGEM A ARISTIDES DE SOUSA MENDES

Aristides de Sousa Mendes, o cônsul português de Bordéus que durante a II Guerra Mundial, contrariando as ordens do ditador Salazar e dos seus esbirros, salvou cerca de 30 mil cidadãos judeus das câmaras de gás nazis, foi alvo na passada terça-feira, dia 17, de uma homenagem em Estrasburgo, em que estiveram presentes, entre outras personalidades, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e o presidente do Parlamento Europeu (PE), Gil Robles.

No decorrer da homenagem, que teve entre os seus impulsores o vice-presidente do PE, o socialista Luís Marinho, houve discursos de diversas personalidades sobre a vida e a personalidade de Aristides de Sousa Mendes, que arruinou a sua carreira diplomática e morreu na pobreza para salvar todos aqueles que lhe pediam um visto para sair da França, e assim escaparem às tropas de ocupação nazi que se aproximavam.

Os refugiados vinham de Paris, Varsóvia, Berlim e de muitas outras partes.

Eram judeus e, de uma maneira geral, indesejados e perseguidos cruelmente pelo

regime nazi.

«A actuação de Aristides de Sousa Mendes, como cônsul-geral de Bordéus, não é apenas um acto heróico, mas acima de tudo um acto de grande lucidez, ao emitir os 30 mil passaportes para a liberdade ele sabia estar a condenar-se a si próprio e que esse era o preço a pagar pela derrota de dois regimes (o salazarista e o nazi) profundamente alienantes das virtudes da Humanidade», lê-se numa pequena biografia.

De acordo com o historiador Yehuda Bauer, especialista da história do Holocausto, «Aristides de Sousa Mendes foi uma pessoa que, sozinho, contra tudo e contra todos, realizou a maior operação de salvamento da história do Holocausto».

Por sua vez, Luís Marinho afirmou: «Esta homenagem, que tenho a honra de patrocinar, honra Portugal na Europa e demonstra o carácter universal da alma portuguesa na sua dimensão infinita de abnegação, sacrifício e amor ao semelhante quando se trata de elevar o humanismo ao mais alto expoente da coragem individual.»

DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

O relatório do eurodeputado socialista Barros Moura sobre «Os direitos humanos no mundo - 1997-1998» foi aprovado pela Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu. O relatório será objecto de discussão e análise no decorrer da sessão plenária de Dezembro, em que se comemora também o 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e o 10º aniversário do Prémio

Sakharov.

O documento introduz algumas inovações, nomeadamente a consideração da globalização como factor que limita a efectividade da democracia e dos direitos humanos, e que a PESC tenha como um dos seus mais importantes eixos a defesa e promoção dos direitos do homem no mundo. O relatório analisa os direitos humanos, atra-

para as empresas e a aplicação da cláusula social. Defende ainda a criação de um Fórum Consultivo sobre os Direitos Humanos.

FUNDOS DE COESÃO E ESTRUTURAIS

A Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu aprovou em finais de Outubro dois relatórios de grande interesse para Portugal, um sobre o fundo de coesão e outro sobre os fundos estruturais.

Ambos os relatórios contêm posições que vão ao encontro das aspirações do nosso país. O eurodeputado socialista Carlos Lage, que integra aquela comissão, afirmou estar «moderadamente optimista» quanto ao resultado das negociações relativas ao fundo de coesão e fundos estruturais.

Relativamente ao fundo de coesão, o destaque vai para a defesa da sua manutenção para os países com um rendimento inferior a 90 por cento da média comunitária, mesmo que participem na moeda única, como é o caso de Portugal, apesar das resistências manifestadas, mais uma vez, por alguns dos contribuintes líquidos do Norte da Europa.

Por outro lado, e no que concerne ao documento sobre os fundos estruturais, de salientar que o volume global previsto é de 210 mil milhões de euros, dois terços dos quais para as regiões de Objectivo 1.

No entanto, a sua repartição está ainda dependente da aprovação das perspectivas financeiras para o período 2000-2006, visto decorrer a discussão sobre as contribuições dos Estados-membros para os cofres da União Europeia.

«Três dos países da coesão qualificaram-se

para a UEM. Isto significa que alcançaram um elevado grau de convergência dos indicadores macroeconómicos em relação aos restantes países comunitários, mas não que tenha sido alcançada a completa coesão económica e social. A rectidão orçamental alcançada pelos quatro Estados através dos esforços desenvolvidos para se qualificarem para a passagem ao euro proporcionarará, sem dúvida, uma base de estabilidade e crescimento para as suas economias. Este factor ajudará estes países a alcançarem o seu objectivo de coesão primordial: atingir o nível de 90 por cento da média do PNB comunitário.»

Este relatório, entre outras coisas, defende para as regiões que deixaram de ser elegíveis por terem atingido um rendimento superior a 75 por cento da média comunitária um período de «phasing out» relativamente flexível, que lhes permitirá continuar a receber contribuições comunitárias para que o desenvolvimento entretanto alcançado não seja travado.

«A Comissão - refere o relatório Collins - entendeu a lógica da adopção de tais disposições no que se refere aos fundos estruturais. As regiões que ultrapassam o limiar de 75 por cento aplicável aos apoios para o Objectivo 1 não sentirão o impacto de um corte abrupto. As transferências serão extintas no fim de um período de transição longo.»

PORTUGAL SÓ PERDERÁ FUNDOS PARA LESTE DENTRO DE OITO ANOS

Portugal só deverá começar a perder fundos estruturais para o Leste europeu dentro de sete ou oito anos e não já em 2003, que deixou de ser a data provável do próximo alargamento da União Europeia.

Está é uma das conclusões da primeira ronda de negociações técnicas e substanciais, que decorreu no dia 10, em Bruxelas, sobre as adesões à UE de cinco países do ex-bloco comunitário do Leste europeu - Polónia, Hungria, República Checa, Eslovénia e Estónia, além da ilha mediterrânica de Chipre.

Com efeito, é crescente a convicção entre os actuais Estados-membros e instituições comunitárias, que as primeiras adesões à UE só poderão ocorrer por volta de 2006 (dentro de oito anos), dado o longo caminho que os Estados do Leste têm de percorrer antes de se poderem lançar no processo de uma integração com países substancialmente mais evoluídos nos domínios político, económico, administrativo e organizacional.

Para a generalidade dos Quinze, incluindo Portugal, as negociações de adesão deverão assim ter cerca do dobro da duração desejada pelos países candidatos, que continuam a apostar e a negociar com base na perspectiva de se juntarem à Europa comunitária já a 1 de Janeiro

de 2003. Para a Hungria a data desejada é 1 de Janeiro de 2002.

A confirmar-se o prolongamento das negociações, os primeiros países do Leste a aderir à União Europeia só dentro de sete ou oito anos começarão efectivamente a concorrer com Portugal e restantes actuais Estados-membros menos prósperos (Espanha, Grécia e Irlanda) na corrida aos fundos estruturais comunitários. Recorde-se que na cimeira europeia de Cardiff (Reino Unido), em Junho último, o primeiro-ministro português, António Guterres, já havia sugerido a possibilidade de os custos do alargamento ao Leste serem contabilizados com mais moderação, dada a probabilidade de as primeiras adesões apenas ocorrerem no final ou mesmo após o período de vigência do próximo quadro orçamental plurianual da União (perspectivas financeiras).

No entanto, de acordo com um responsável da Comissão Europeia, o facto de as negociações da Agenda 2000 poderem ser aliviadas, em parte, dos custos do alargamento não implica necessariamente que Portugal e os restantes países menos prósperos da UE venham a obter exactamente aquilo que desejam em matéria de verbas dos fundos comunitários, após 1999.

De facto, independentemente dos custos do

alargamento, as negociações sobre o financiamento da UE, após 1999, continuam a ter como pano de fundo insistências dos países mais ricos de ou reduzir as suas contribuições para os cofres comunitários, ou diminuir substancialmente as despesas do orçamento da União, incluindo as relativas aos fundos (Estruturais e Coesão) de apoio à recuperação do atraso económico e estrutural de algumas regiões e países.

Mantém-se assim a ameaça de Portugal perder apoios comunitários, relativamente aos que tem beneficiado até agora, não apenas porque será necessário desviar financiamentos para os países do Leste, que são ainda mais pobres, mas também pela eventual aprovação de um novo quadro orçamental restritivo.

A dificuldade das negociações com os seis países da primeira vaga de adesões - considerados os mais aptos para iniciarem o processo - ficou no dia 10 demonstrada em Bruxelas, nas reuniões de cerca de uma hora que os quinze da UE mantiveram com cada um deles.

Em cima da mesa estiveram sete (em 37) dos dossiers considerados menos problemáticos, e mesmo assim são ainda numerosas as dúvidas sobre a conformidade e o processo de adaptação dos países candidatos às disposi-

ções comunitárias nas matérias em questão. Ciência e Investigação, Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Educação e Formação, Cultura e Audiovisual, Política Industrial, Pequenas e Médias Empresas (PME) e Política Externa e de Segurança Comum (PESC) são os domínios pioneiros das negociações.

À excepção da Estónia, todos os candidatos querem períodos de transição para o cumprimento integral das disposições comunitárias nos sete domínios. Chipre e Hungria querem um ano para se adaptarem às disposições em matéria de Telecomunicações e Tecnologias de Informação, enquanto a Polónia pede cinco anos para o mesmo efeito.

A República Checa e a Eslovénia pedem períodos de transição de dois e um ano, respectivamente, para adaptarem a legislação comunitária no domínio da Cultura e do Audiovisual.

Por outro lado, a UE pede análises e esclarecimentos mais aprofundados sobre a real capacidade dos países candidatos de integrarem certas disposições comunitárias nas sete áreas em discussão.

A primeira ronda de negociações constituiu ainda mais uma oportunidade para a Grécia voltar a ameaçar que vetará o próximo alargamento da UE, caso seja excluída da adesão a parte de Chipre ocupada pela Turquia.

LANCETAS, SERINGAS E AGULHAS GRATUITAS

Os diabéticos têm a vida mais facilitada. Desde o passado dia 11, os diabéticos, utentes do Serviço Nacional de Saúde, usufruem de um conjunto de benefícios sociais e medidas de saúde, cujo objectivo é facilitar e permitir o autocontrolo da sua doença, proporcionando-lhes automaticamente maior bem-estar e mais ganhos em saúde. As agulhas, seringas e lancetas passam a ser disponibilizadas completamente gratuitas nas farmácias.

No âmbito deste programa do Ministério da Saúde de largo alcance social, os diabéticos podem adquirir lancetas, seringas e agulhas para canetas gratuitas e de caixas, com 50 tiras de autocontrolo, ao preço fixo de 1 102 escudos cada uma.

Para adquirir nas farmácias as lancetas, seringas e agulhas para canetas gratuitas bem como as caixas, com 50 tiras de autocontrolo (preço fixo de 1 102 escudos cada), os doentes diabéticos têm de apresentar, além de uma receita médica, o «Guia do Diabético», que lhes será fornecido pelo médico assistente, nos centros de saúde. Estes preços foram conseguidos diminuindo o IVA de 17 por cento para 5 por cento, e ainda graças à gratuidade da distribuição, gratuidade da dispensa pelas farmácias e redução dos preços por parte da indústria farmacêutica.

A gratuidade das lancetas, seringas e agulhas para canetas, a aquisição de caixas de 50 tiras de autocontrolo e o aparecimento do «Guia do Diabético» derivam da entrada



em vigor do Programa de Controlo da Diabetes Mellitus, criado por um protocolo entre diversas entidades.

Tornar mais acessível o autotratamento dos doentes diabéticos, evitando situações extremas causadas por dificuldades económicas, foi o objectivo deste programa - que resultou de um protocolo entre o Ministério da Saúde, a Ordem dos Farmacêuticos, a Associação Nacional de Farmácias (ANF), a Comissão de Diabéticos, a Sociedade Portuguesa de Diabetologia (SPD), a Apifarma (Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica) e a Associação dos Armazenistas.

Com a entrada em vigor deste programa, devido à maior acessibilidade do autocontrolo da doença, é natural que o consumo das tiras de autocontrolo do nível de glicémia no sangue aumente e que o número de internamentos de diabéticos,

nomeadamente em coma, diminua, segundo a Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal (APDP).

Com o Programa de Controlo da Diabetes Mellitus, as caixas com 50 tiras de autocontrolo passaram a ter um preço fixo final de 4 600 escudos cada uma e uma comparticipação de 75 por cento que é feita no momento da compra.

A diabetes - da qual há dois tipos, a I, que afecta crianças e jovens, e a II, que aparece sobretudo a partir dos 40 anos - é uma doença que depois de aparecer, é definitiva. O tratamento da diabetes - que afecta entre três e quatro por cento da população portuguesa - inclui além de um regime alimentar específico, a «autovigilância» dos níveis de glicémia no sangue e eventualmente a administração de insulina.

Para a «autovigilância» - que deve ser feita várias vezes por dia - os diabéticos utilizam

lancetas para «picar» para obter amostras de sangue que posteriormente depositam nas tiras de autocontrolo e introduzem num aparelho que lê o nível de glicémia no sangue. Depois de saberem o nível de glicémia no sangue, muitos diabéticos têm de auto-administrar insulina com seringas ou canetas. Enquanto as seringas têm incorporadas as agulhas, as canetas não.

Do material necessário para o autocontrolo da diabetes, enquanto as lancetas, o aparelho que lê o nível de glicémia no sangue, as seringas e as canetas podem ser utilizadas pelo próprio várias vezes, as tiras de autocontrolo têm uma única utilização.

Além do «Guia do Diabético» - que inclui uma carta de direitos e deveres e informação personalizada do doente - o Programa de Controlo da Diabetes Mellitus criou um «dossier da diabetes» que pretende uniformizar a informação sobre a doença entre os diversos profissionais de saúde.

«Guia do Diabético»

O «Guia do Diabético» é gratuito e está disponível nos Centros de Saúde e o «dossier da diabetes», que é um conjunto de textos técnicos, será distribuído pelos vários profissionais de saúde.

O Programa de Controlo da Diabetes Mellitus - que esteve em estudo desde 1995 - inclui ainda um «projecto de rastreio universal da retinopatiadiabética» e outro ligado às mulheres grávidas com diabetes.

Em Portugal, como na maioria dos outros países europeus, a diabetes é a primeira causa médica para o desencadeamento da cegueira, insuficiência renal, doenças cardiovasculares e da necessidade de amputação dos membros inferiores.

ENSINO E SAÚDE NA MIRA DE SAMPAIO

O ensino superior e a Saúde foram os dois temas que o Presidente da República, Jorge Sampaio, abordou, na passada sexta-feira, em Viseu, no primeiro dia de mais uma Presidência Aberta pelo interior do País. Esta foi a primeira saída de Lisboa do chefe de Estado depois do referendo sobre a regionalização, realizado no dia 8, iniciando-se numa zona onde duas cidades - Viseu e Covilhã - reivindicam a localização da futura Universidade de Medicina.

Jorge Sampaio iniciou o programa do dia 13 na Escola Superior de Tecnologia de Viseu, onde se encontra patente uma exposição sobre os 15 anos do Instituto Politécnico a que pertence.

A expansão do ensino superior, o desenvolvimento das redes do ensino universitário e do politécnico e o reforço dos dispositivos de avaliação no sector foram três



aspectos a abordados pelo Presidente da República na escola.

O reforço da identidade do ensino superior politécnico, frequentado por cerca de um terço dos alunos do ensino superior público - muitos dos quais do interior do País -, foi outro dos tópicos da intervenção de Sampaio.

O chefe de Estado deslocou-se depois ao Hospital de São Teotónio, onde focou, entre outras questões, a necessidade de reduzir as assimetrias e desigualdades sociais e regionais que persistem no sector da Saúde.

Depois de Viseu, o Presidente da República visitou, nomeadamente, o Centro Regional de Artesanato de Montemuro e o Museu Etnográfico, a Aldeia de Campo Benfeito e Arouca, onde se reuniu, à noite, com representantes de organizações que intervêm nas Serras de Montemuro, Arada e Freita.

RESISTIR AOS VENTOS DA CULTURA NEOLIBERAL

O Presidente da República reafirmou no dia 12, em Lisboa, que os direitos sociais constituem «um dos instrumentos fundamentais do desenvolvimento» e que a sua concretização deve estar no centro da agenda política.

Jorge Sampaio discursava na sessão solene de abertura do VIII Congresso Nacional de Mutualismo, em que participaram também os presidentes da autarquia de Lisboa, João Soares, e da União das Mutualidades Portuguesas, Maldonado Gonelha.

O Chefe de Estado referiu que o movimento mutualista ganhou «o direito» de ver «es-cudadas com toda a atenção» as suas propostas de «participação na melhoria do acesso dos cidadãos à saúde, no desenvolvimento do voluntariado cívico e social e na melhoria dos sistemas de protecção social».

Adiantou que «não é razoável esperar que os poderes públicos façam tudo e tudo bem feito», até porque «se tornaram notórios os inconvenientes de delegar na administração pública toda a responsabilidade e todos os meios da solidariedade social». O padre Vítor Melícias, outro dos intervenientes, exigiu que o mutualismo seja liberto das «peias legislativas e administrativas» em que está envolvido e que têm origem no antigo regime, pois entravam o desenvolvimento do sector e a sua capa-



cidade de responder às actuais exigências de solidariedade e apoio aos desfavorecidos.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, aproveitou para lembrar que o I Congresso mutualista se realizou em 1911 nos Paços do Conselho e exortou as instituições do sector a «usar o poder democrático das autarquias para a projecção das mutualidades».

O socialista Maldonado Gonelha, que nos últimos tempos se tem destacado pela defesa de uma Segurança Social pública contra a tentação neoliberal, lembrou que

estão em curso reformas profundas nas áreas da Saúde e da Segurança Social e que, por isso, «urge erradicar» as interdições de intervenção das mutualidades em determinados domínios que configuram uma «discriminação negativa».

«Se a reforma das áreas da Segurança Social e da saúde ignorar as mutualidades, estas desaparecem», alertou, sublinhando que esse risco deriva dos «ventos da cultura neoliberal».

O Congresso, que decorreu sob o lema «O Mutualismo e as Reformas da Segurança Social e da Saúde», terminou no dia 13,

sendo a sessão de encerramento presidida pelo ministro da Solidariedade.

Farmácias sociais

As farmácias sociais, que funcionam em misericórdias ou mutualidades que prestam assistência médica, foram objecto de uma intervenção contundente do constitucionalista e homem de esquerda, Vital Moreira, que pôs o dedo na ferida, ao afirmar que a limitação que hoje existe, no caso específico das farmácias sociais, é «flagrantemente inconstitucional». Lembrando que a Constituição da República reconhece três sectores de propriedade: o público, o privado e o social, e que as farmácias sempre foram «um domínio privilegiado da propriedade social e uma grande tradição europeia desde o século XIX», Vital Moreira defendeu o alargamento das entidades que podem ser proprietárias de farmácias sociais, a liberalização dos respectivos alvarás e o fim dos «vetos de gaveta administrativos que até agora têm existido».

O VIII Congresso Nacional de Mutualismo foi um evento de enorme importância para a abordagem de um sector vital na chamada economia social que deve merecer de todos os sectores progressistas a maior atenção, neste mundo dominado pelo pensamento único e pela exaltação das «virtudes» do mercado. **J. C. C. B.**

PINA MOURA LANÇA REPTO A COMERCIANTES

O ministro da Economia, Pina Moura desafiou, no dia 15, no Luso, os comerciantes a apresentarem propostas para a criação de novos incentivos fiscais no próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), tendo em conta a entrada do euro.

«Para o próximo QCA, mais do que apoios a fundo perdido, temos de imaginar um sistema sólido ligado a incentivos fiscais, que só pode ser associado a duas realidades: a verdade fiscal e o êxito empresarial», afirmou.

Pina Moura, que intervinha nas Jornadas Técnicas da Associação Nacional de Comerciantes de Produtos Alimentares (ANACPA) sobre «O Euro e o Comércio Alimentar», respondeu assim a algumas preocupações lançadas pelo presidente da ANACPA, nomeadamente as «elevadas taxas de juro» para as Pequenas e Médias Empresas (PME).

«O problema do valor elevado das taxas de juro para as PME existe, e vale a pena pensar em que instrumentos criar ao nível de sistemas de incentivos no novo QCA para resolver ou, pelo menos, minorar a questão», sublinhou o ministro. Os instrumentos de capital de risco já cria-



dos e as novas sociedades de garantia e caucionamento a constituir no início de 1999, no âmbito do IAPMEI, são exemplos das medidas tomadas pelo Governo citadas por Pina Moura.

As verbas inscritas no PIDDAC para apoiar a modernização do comércio tradicional aumentarão dos 300 mil contos em 1998 para os 800 mil contos em 1999, referiu.

O ministro da Economia considerou que cabe ao comércio e ao sector do turismo um «papel muito importante na relação da nova moeda com os consumidores», sublinhando que o euro «comporta riscos, mas abre novas oportunidades».

Saiu então que o próximo ano reserva várias mudanças - termina a actual legislatura governativa, e dá-se a passagem para um novo QCA e para o próximo século - e há que absorver o tempo que resta a este Executivo na preparação com os comerciantes dos instrumentos necessários à competitividade do sector.

Restauração: Governo avança propostas

Entretanto, prevê-se que o Ministério da Economia avance, até ao final do ano, com novas propostas no âmbito da formação profissional e do combate à sazonalidade no sector da restauração e bebidas.

A informação foi avançada, no dia 13, pelo ministro da Economia, durante a sessão de abertura do V Congresso da Federação da Restauração, Cafés, Pastelarias e Similares de Portugal (Fereca), que terminou no passado sábado, no Forum Lisboa.

Pina Moura realçou que o Governo tem trabalhado com as associações do sector, no sentido de encontrar soluções, utilizando o método das «aproximações sucessivas». Em matéria de formação profissional e sazonalidade, o titular da pasta da Economia afirmou que, até ao fim do ano, o seu ministério «estará em condições de avançar com novas propostas».

Para a Fereca, a questão da formação está na base de todo o processo para atingir a qualidade e modernização do sector, reclamando mais verbas para estas acções. De acordo com os números apresentados pelo ministro da Economia, o sector da restauração e bebidas é responsável por um volume de negócios de 600 milhões de contos por ano. Em 1997, foi a segunda maior componente das receitas do turismo - contribuindo com 300 milhões de contos - logo a seguir ao alojamento. No âmbito da requalificação dos estabelecimentos do sector, o Executivo e a Fereca estão já a trabalhar na extensão do ProRest para o ano 2000.

O programa, lançado em finais de Outubro passado, tem uma linha de crédito de 4,5 milhões de contos e deverá gerar investimentos globais de 20 milhões de contos.

AMBIENTE

Macau

PORTA ABERTA PARA O SÉCULO XXI



O secretário de Estado do Ambiente, José Guerreiro, considerou o recente acordo assinado entre os serviços de informações meteorológicas de Portugal e Macau «uma porta aberta e um dar de mãos para o século XII».

O acordo de cooperação estabelecido entre o Instituto de Meteorologia (IM) de Portugal e os Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG) de Macau abrange as áreas da formação técnica e transferência de tecnologia, pretendendo garantir o relacionamento técnico-científico entre as duas entidades.

O documento foi assinado pelo presidente do IM, Fernando Quintas Ribeiro, e pelo novo director dos SMG, Fong Soi Kun, sen-

do homologado pelo secretário de Estado do Ambiente, bem como pelo secretário-adjunto para os Transportes e Obras Públicas, Alves Paula.

Recorde-se que José Guerreiro deslocou-se, de 1 a 6 deste mês, ao território macaense numa visita oficial em que esteve acompanhado pelo presidente do Instituto de Meteorologia e Geofísica.

No âmbito desta deslocação a Macau, o secretário de Estado do Ambiente teve ocasião de visitar a Central de Incineração e Estação de Tratamento de Águas Residuais do território, bem como o Gabinete Técnico do Ambiente, a Universidade de Macau, o Leal Senado e a Câmara Municipal das Ilhas.

MJR

FURACÃO MITCH

Solidariedade

GOVERNO PORTUGUÊS DISPONIBILIZA 600 MIL DÓLARES

O Ministério dos Negócios Estrangeiros anunciou, em comunicado, que vai apoiar, até ao montante de 300 mil dólares, organizações não-governamentais que se proponham levar a cabo acções de ajuda de emergência a favor das vítimas do furacão Mitch.

Essa verba (51,6 mil contos) será em princípio complementada com idêntico montante integrado num fundo com o mesmo objectivo no âmbito da Cimeira Ibero-Americana.

Em comunicado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros refere que os 300 mil dólares serão canalizados, através do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), para a Assistência Médica Internacional (AMI), que já se encontra no terreno, e para a OIKOS, que se disponibilizou para actuar.

Um técnico do ICP acompanhará, entretanto, uma equipa da Câmara Municipal de Lisboa que se desloca às Honduras em

avião fretado pela autarquia da capital. No âmbito da Cimeira Ibero-Americana, cuja presidência é portuguesa até ao fim de 1998, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, propôs a criação de um fundo com o mesmo objectivo, no qual Portugal participará.

A participação do nosso país nesse fundo será de aproximadamente também 300 mil dólares.

Por outro lado, o Governo Civil de Lisboa já tinha concedido cinco mil contos à Secção Portuguesa da AMI para apoio à equipa de quatro médicos portugueses que partiu para a região da América Central afectada pelo furacão Mitch.

O furacão Mitch assolou países como a Nicarágua, Honduras, Guatemala e El Salvador, afectando 2,5 milhões de pessoas, segundo a ONU.

Morreram 10 000 pessoas e mais de 13 000 são dadas como desaparecidas.

LEIRIA

Casa-Museu

TRIBUTO AO PEDAGOGO E RESISTENTE ANTIFASCISTA JOÃO SOARES

Os 120 anos do nascimento de João Soares, ministro da I República, ilustre pedagogo e resistente antifascista, foram assinalados no dia 17 na Casa-Museu em Cortes, Leiria, com a presença do filho, o camarada Mário Soares.

Opositor destacado à ditadura implantada em 28 de Maio de 1926, João Soares pagou com a prisão e depois o exílio nos Açores e em Espanha a sua luta pela restauração da democracia.

Professor e pedagogo, dedicou-se à di-

recção do Colégio Moderno, em Lisboa, um estabelecimento de ensino modelar, desde a década de 30.

A celebração em Leiria do nascimento desta figura ímpar de democrata e homem da cultura incidiu assim nas vertentes que defendeu na sua vida: integrou a abertura da Biblioteca Gulbenkian/João Soares, um serviço público que a Casa-Museu passou agora a oferecer juntamente com uma exposição sobre Anne Frank.

J. C. C. B.

RECEITAS FISCAIS

Outubro

BOA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Ministério das Finanças, num comunicado, refere que em Outubro «registou-se um nível de execução orçamental da ordem dos 83,4 por cento, contra 80,5 por cento em período homólogo do ano passado, o que indicia um cumprimento das metas orçamentais mais favoráveis do que em 1997».

O comunicado adianta que «continuou a verificar-se um crescimento significativo nos impostos indirectos, em especial IVA, ISP e IA, resultante de vários factores, nomeadamente o bom andamento da economia, o efeito Expo-98 e a melhoria da eficiência fiscal, sobretudo na sua componente preventiva».

Sublinhando que o índice de aumento em relação a 1997, situou-se em 9,8 por cento, o Ministério das Finanças prevê que no bimestre que ainda falta para completar o exercício, «esta taxa venha a sofrer alguma



redução pelo facto de Novembro e Dezembro de 1997 terem beneficiado de cobranças extraordinárias decorrentes da aplicação do decreto-lei nº 124/96, o que não sucederá este ano com igual dimensão». O Ministério das Finanças prevê, assim, para o final do exercício deste ano, uma taxa de crescimento da ordem dos 9,5 por cento.

J. C. C. B.

PARLAMENTO

Voto de pesar

«MITCH», CARDOSO PIRES E RIBEIRO FERREIRA

A Assembleia da República aprovou por unanimidade, no dia 12, votos de pesar pelas vítimas do furacão «Mitch» que fustigou a América Central e pelas mortes do escritor José Cardoso Pires e do conselheiro José Manuel Ribeiro Ferreira.

Nos três casos, a câmara cumpriu um minuto de silêncio.

No voto sobre o furacão «Mitch», o Parlamento apela para que a «solidariedade universal deixe de funcionar apenas sobre o acicate de catástrofes e passe a fazer parte da ordem natural das coisas», devendo a mensagem ser entregue aos parlamentos de Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala e Costa Rica, os países afectados.

Este voto foi apresentado pelo presidente da

Assembleia da República, Almeida Santos, tal como o referente à morte de José Cardoso Pires.

O recente falecimento do escritor motivou a Almeida Santos um voto em que se exalta a «luta que deu à morte física».

Cardoso Pires foi um escritor «original, que escrevia como quem respira, e colecionava prémios como quem vai ali já vem», adianta o voto de pesar aprovado pelos parlamentares.

José Manuel Ribeiro Ferreira foi «um marco da presença portuguesa na Venezuela», refere o voto de pesar sobre o falecimento do correspondente da Lusa neste país, apresentado por um conjunto de deputados de diversos partidos.

GUTERRES EXPERIMENTA COMBOIO NA PONTE

O eixo ferroviário Norte-Sul, que o primeiro-ministro, António Guterres, «estrou» na manhã de domingo, dia 15, é a última grande obra pública neste fim de século e a grande esperança de ligação mais fácil das duas margens do rio Tejo.

A «viagem experimental», feita em comboio de tracção *diesel* por não estar ainda electrificada a nova linha, começou na Estação do Oriente, com passagem pelas estações de Entrecampos e Sete Rios (ambas em fase de construção e dotadas de interfaces com o Metro) em direcção à Ponte e à margem Sul.

Depois da passagem na estação de Campolide e nos viadutos sobre o vale de Alcântara, a viagem prosseguiu pelo Alvito, tabuleiro Norte da Ponte e tabuleiro da própria Ponte, em cujo extremo Sul se situa um túnel com cerca de um quilómetro, aberto em 1965/66, aquando da construção da ponte rodoviária.

A passagem do comboio de uma margem para a outra obrigou a uma empreitada específica, no valor de 50 milhões de contos, correspondentes a um terço do custo total do eixo ferroviário (incluindo a frota de 18 comboios de dois pisos), desde Entrecampos, em Lisboa, até ao terminal de serviço de Coima, na «outra banda».

A viagem sobre a ponte implicou o aumento da altura dos pilares em cerca de 3,7 metros para a instalação de dois novos cabos que têm pontos de amarração na Avenida da Índia, em Lisboa, e na Praça da Portagem, em Almada.

Foi necessário depois construir o tabuleiro ferroviário na própria ponte, com cerca de 2,3 quilómetros, o viaduto ferroviário da margem Norte, com cerca de 900 metros. A ponte, que tem desde há uma semana



um tabuleiro rodoviário de seis vias, após alargamento no âmbito da mesma empreitada, beneficiou de obras de conservação, foi toda pintada e vai ter iluminação nova. A velocidade dos comboios, que na margem Sul pode atingir os 120 quilómetros por hora, está limitada nos tabuleiros a metade, isto é 60 quilómetros por hora. Os tabuleiros estão dotados de sistema de evacuação de passageiros em caso de necessidade.

A probabilidade de acidentes com descarrilamento foi diminuída com a construção de um terceiro carril em cada uma das linhas.

O túnel em que o comboio faz a entrada na margem Sul, está dotado com os mais modernos sistemas de segurança, nome-

adamente de combate a incêndios, e liga a ponte à grande estação do Pragal.

Trata-se de um grande interface ao nível dos melhores do País, ponto de encontro de comboios, autocarros, automóveis, com 2 500 lugares de estacionamento e espaço para o futuro Metro Sul do Tejo.

O novo eixo ferroviário é o primeiro, construído de raiz em Portugal, na perspectiva da multimodalidade de transportes, isto é, a instalação de interfaces com transportes colectivos rodoviários, automóvel e Metro.

Os parques de estacionamento para automóveis junto às estações (salvo Sete Rios e Entrecampos), construídas pelo dono de todo o empreendimento, a REFER, têm na «outra margem» 7 500 lugares a que se jun-

tam mais de 200 em Campolide.

A estação do Pragal, que será objecto de uma intervenção artística da autoria de Santa Bárbara, tal como as de Entrecampos e de Sete Rios, serão pelas suas dimensões as últimas a serem concluídas, exactamente em Março, pouco antes do início de funcionamento da nova linha prevista para Abril. O comboio da pré-inauguração, que transportou António Guterres e comitiva, passou depois pelo viaduto sobre a via rápida da Caparica, um túnel com 300 metros sob a auto-estrada do Sul, a que se seguiram o viaduto de 1,6 quilómetros e a estação de Corroios, estação de Foros de Amora e finalmente a estação do Fogueteiro, que o primeiro-ministro e comitiva visitaram.

Na Estação do Oriente, antes da chamada travessia ferroviária experimental pela Ponte 25 de Abril, Guterres pôde observar um dos 18 comboios de dois pisos, um investimento de mais de 21 milhões de contos que a Fertagus, o novo concessionário, vai ter de pagar.

O comboio, pintado de branco e azul com um friso, como todos os da frota da Fertagus, está ainda em fase de ensaios e de instalação dos interiores nas oficinas da CP, no Poceirão.

A travessia ferroviária é a última grande obra pública portuguesa neste final de século, sendo ainda a principal solução para as ligações entre as duas margens do Tejo.

Quando o tráfego rodoviário não cessa de aumentar os comboios da Fertagus têm capacidade para transportar 17 500 passageiros por cada hora, nas horas de ponta, e um total de 120 mil por dia.

Do Fogueteiro, extremo da linha na margem esquerda, a Entrecampos, em Lisboa, a viagem de comboio demora 25 minutos, em vez da hora e meia de automóvel.

ABRIR TRIBUNAIS A ACTIVIDADES CULTURAIS

O ministro da Justiça, Vera Jardim, defendeu, no dia 16, em Meda, distrito da Guarda, a abertura dos tribunais a iniciativas culturais das autarquias e de outras entidades, nos pequenos concelhos que carecem de outras instalações.

O governante falava na inauguração do Palácio da Justiça daquela vila, estruturas a que prefere chamar de «casas da justiça» e que disse serem «do povo, porque o Estado é o povo organizado, e devem abrir-se tanto quanto possível à comunidade em que estão inseridas».

«Essa abertura deve ser feita com todas as cautelas que a seriedade e a confidencialidade da justiça exigem», dis-

se, acrescentando que a precaução não impede que as salas dos tribunais sejam «utilizadas na sua plenitude».

O ministro sustentou ainda que as salas de audiência têm capacidade para várias dezenas de pessoas e boas condições acústicas, pelo que a sua utilização poderá ser feita através de acordos com os municípios ou outras entidades, devidamente autorizadas pelos magistrados e secretário judicial.

Vera Jardim sugeriu ainda ao presidente da Câmara de Meda, João Mourato, que à entrada da «casa da justiça» seja colocada uma grande lápide com os dizeres «todos são iguais perante a lei», em vez das «tapeçarias pesadas, esculturas de grani-

to ou azulejos» que tradicionalmente eram instalados nos tribunais.

O ministro da Justiça referiu ainda, a propósito desta inauguração, que «tanto têm direito a instalações dignas, a uma justiça célere, aberta e transparente os povos do interior como os que habitam os grandes centros».

Defendeu, por isso, a existência de «casas dignas, onde se trabalhe dignamente e se recebam aqueles que procuram a justiça».

Lembre-se que Vera Jardim iniciou na passada segunda-feira, em Murça, distrito de Bragança, uma semana de inaugurações de novos tribunais, que disse representar um «grande esforço por todo o País, na-

queles que são as comarcas relativamente pequenas como Meda e Murça, mas também em grandes comarcas como é o caso de Cascais e Seixal».

O novo tribunal da Meda custou cerca de 300 mil contos, está construído em terreno cedido pela autarquia local e vai alojar também as conservatórias do registos predial e civil e notariado.

Situa-se frente às antigas instalações, onde o tribunal e as conservatórias estiveram cerca de 50 anos «sem condições de funcionalidade», segundo o presidente da câmara de Meda, João Pinto.

«Apenas o atravessar de uma rua é tão importante para a justiça», observou uma juíza da comarca.



Albufeira

Oficina de Teatro para jovens

Está a decorrer, às segundas e quartas-feiras, das 19 às 21 horas, nas instalações do antigo Tribunal, uma Oficina de Teatro, organizada pela Casa do Jovem de Albufeira.

A actividade, dirigida a jovens a partir dos 15 anos, tem como objectivo desenvolver a criatividade e imaginação nas várias áreas de expressão artística.

A oficina inclui as seguintes áreas: expressão corporal, movimento, voz, sons-instrumentos, texto e formas animadas/teatro de figuras.

As inscrições estão abertas na Casa do Jovem.



Prémios Municipais de Literatura

A Câmara Municipal de Albufeira aprovou o regulamento dos Prémios Municipais de Literatura, nas áreas da Prosa e Teatro.

Com esta iniciativa, a autarquia pretende criar condições para a promoção dos valores culturais a nível concelhio e regional. Os Prémios Municipais de Literatura destinam-se a galardoar anualmente o autor ou autores dos melhores livros de Prosa e Teatro, publicados em língua portuguesa.

No valor de mil contos, os Prémios Municipais vão ser repartidos pelas duas áreas a concurso.

Cascais

José Cardoso Pires na toponímia

A Câmara Municipal de Cascais aprovou a atribuição do nome de José Cardoso Pires, considerado um dos maiores escritores da língua portuguesa de todos os tempos, a uma rua da Freguesia de Cascais. José Cardoso Pires deixou uma obra em que são abordadas as grandes questões cívicas e filosóficas do seu tempo, tendo participado como cidadão com uma visão progressista da sociedade nas lutas pela liberdade, antes e depois do 25 de Abril.

Apoio a pequenas reparações

Os estratos mais desfavorecidos estão sempre na primeira linha das preocupações do Executivo da Câmara Municipal de Cascais, presidido pelo socialista José Luís

Judas.

As iniciativas inovadoras sucedem-se. Recentemente, a autarquia aprovou a atribuição de um conjunto de apoios no valor de 7 800 contos para a realização de pequenas reparações em casas de municípios dependentes e em situações de carência económica.

Este projecto inédito, que numa primeira fase irá beneficiar mais de uma centena de famílias do concelho de Cascais, será gerido pelas juntas de freguesia, o que possibilitará dar uma resposta mais rápida e eficaz às solicitações.



80-60-86

No dia 11 de Novembro Cascais esteve ainda mais bonita com a realização de um desfile de moda, com entrada livre, no Teatro Gil Vicente.

Este desfile, uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Cascais e dos finalistas do curso da escola de manequins To Be, foi apresentado por Sofia Aparício. Desfilaram 35 jovens manequins, vestidos por estilistas como José António Tenente, Maria Gambina, João Tomé, Francisco Pontes e Fátima Lopes, entre outros.

Fafe

Apoio ao Rotary Club

A Câmara Municipal atribuiu ao Rotary Club de Fafe um subsídio de 640 mil escudos, destinado à constituição de um «banco» de cadeiras e camas articuladas que serão gratuitamente disponibilizadas a quem delas necessitar.

Trata-se de um excelente serviço social a que a autarquia não podia deixar de dar o seu contributo.

Ferreira do Alentejo

Importantes obras concluídas

Longe dos holofotes, sem vaidade, mas com trabalho sério e dedicado, o socialista Luís Ameixa continua a sua notável obra à frente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.

Os municípios vêem os seus problemas resolvidos e a imagem do PS sai prestigiada em todo o Alentejo. Entre as inúmeras obras concluídas recen-

temente, destaque para duas importantes infra-estruturas que já se encontram a funcionar em pleno: o Palácio da Justiça e a Escola EB 2.3 e Secundária de José Gomes Ferreira.

Trata-se de um investimento global que ultrapassou os 700 mil contos, e que permitiu no primeiro caso uma instalação dos serviços judiciais num local moderno e funcional preparado para as necessidades futuras.

A construção da escola, um espaço moderno e dimensionado, por sua vez, veio possibilitar a frequência até ao 12º ano a todos os alunos do concelho, que assim já não terão de se deslocar para outras localidades a fim de completarem os seus estudos.

Porto

Congresso sobre o rio Douro

Fernando Gomes, na sua qualidade de presidente da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro, apresentou no dia 12, em conferência de Imprensa realizada na Sala da Vereação da Câmara Municipal, o programa do Congresso Ibérico sobre o Rio Douro, que decorrerá nos dias 20 e 21 de Novembro, na Alfândega, Porto.

Herman ao almoço

O presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, ofereceu, no dia 11, na Casa do Roseiral, um almoço a Herman José e a toda a sua equipa.

O almoço teve lugar no final da série de programas «Herman-98» realizados no Teatro Rivoli.

Povoação

Criança em Segurança 98

O programa «Criança em Segurança 98», uma iniciativa da Câmara Municipal da Povoação, em colaboração com o Serviço de Protecção Civil dos Açores, Escola Básica Integrada da Povoação e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Povoação, arrancou no dia 10 na vila da Povoação.

O projecto abrange as 11 escolas do ensino básico do concelho, num total de 526 crianças.

A iniciativa visa, entre outros aspectos, alertar as crianças para os vários perigos ou situações capazes de provocar acidentes.

Esta acção de formação promovida pela autarquia termina no próximo dia 26.

No dia 11 de Dezembro realizar-se-á um convívio com todas as crianças participantes, onde serão entregues prémios sobre os trabalhos por elas realizadas alusivos ao projecto.

Vila Pouca de Aguiar

Cartão 65

No âmbito da sua política social, a Câmara

Municipal de Vila Pouca de Aguiar está a colaborar com o projecto do Cartão do Idoso.

O Cartão 65 permite aos cidadãos com idade igual ou superior a 65 anos adquirirem bens e serviços em condições extremamente favoráveis.

Os interessados podem requerer o Cartão 65 na Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.



Hipismo regressou às Romanas

O hipismo está de volta às Romanas. Há já vários anos que o hipódromo das Romanas não se animava com a realização dos concursos hípicos de grande qualidade, devido à degradação da estrutura termal, que levou também à degradação do espaço do hipódromo e ao abandono das provas de competição.

Este ano, por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, que contou com os apoios da Região de Turismo do Alto Tâmega e da Junta de Freguesia de Bornes, os concursos hípicos voltaram àquele espaço.

Nova infra-estrutura desportiva

A construção de infra-estruturas e equipamentos desportivos continua a ser a primeira prioridade, no âmbito da política desportiva da autarquia.

A recente construção do polidesportivo do Ferreirinho (Telões) é um exemplo paradigmático do interesse do Executivo da Câmara em descentralizar os equipamentos desportivos, de forma a proporcionar a um cada vez maior número de cidadãos condições para a prática desportiva.

Vila Real de S. António

Ribeiras limpas

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António assinou recentemente um protocolo com a Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela, com vista à limpeza de duas ribeiras da freguesia.

A intervenção terá particular incidência na ribeira da Manta Rota e Barranco Maria das Dores, que irão ser objecto de limpeza das margens e leito.

A Câmara concederá o financiamento necessário, ficando a execução física da obra a cargo da Junta de Freguesia.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

César orgulhoso do seu governo

O chefe do Governo Regional dos Açores, o socialista Carlos César, reafirmou no dia 9 o seu propósito de continuar a governar «com ou sem crise política».

Numa conferência de imprensa realizada em Angra do Heroísmo para um balanço de dois anos de Governo, o camarada Carlos César afirmou que «com ou sem crise política a obrigação dos governantes é governar».

Em funções desde 9 de Novembro de 1996, o primeiro Governo do PS nos Açores em duas décadas de autonomia foi investido na Assembleia Regional com o apoio dos três deputados do PP dispostos os socialistas do mesmo número de mandatos que o PSD, 24, enquanto o PCP tem apenas um.

Entretanto, perfila-se uma santa aliança da direita dos interesses, PSD e PP unidos numa «AD» revisitada, que sem qualquer projecto credível apenas tem em vista o derrube do Executivo do PS e assim pôr fim a dois anos de desenvolvimento sustentado nos Açores.

No encontro com os jornalistas, Carlos César, revelando uma profunda humildade democrática, admitiu que o seu gabinete «tem consciência de que já cometeu erros e omissões».

Carlos César insistiu na existência de «muitas razões para estar orgulhoso do seu trabalho».

Entre essas razões, realçou o sucesso no combate ao desemprego e à exclusão social - 20 mil pessoas passaram a beneficiar do Rendimento Mínimo Garantido em que foram investidos 1,5 milhões de contos - e melhoria das relações com o Estado que passaram a reger-se por um regime de «autonomia cooperativa».

Carlos César referiu-se às reduções nas tarifas aéreas e nos preços da electricidade e aos progressos registados nas áreas do turismo e da agricultura e pescas.

Salientou que isso foi conseguido apesar das dificuldades criadas por repetidas calamidades, de tempestades a sismos, cujos prejuízos acumulados estão estimados em 60 milhões de contos.

Como objectivos futuros, o camarada Carlos César anunciou a aposta na reposição da normalidade nas ilhas atingidas por catástrofes e nas medidas de prevenção para evitar situações semelhantes.

Melhoria das acessibilidades

Referiu, ainda, o tratamento prioritário à melhoria das acessibilidades e mobilidade regionais e à consolidação da economia açoriana, como região «produtiva e sustentada».

AJUDA

Rally Paper

A exemplo de anos anteriores, a Secção da Ajuda vai realizar, no dia 28 de Novembro, o seu já tradicional Rally Paper.

A inscrição é 1 500 escudos por participante e já inclui o almoço, a realizar no final da prova, seguido da distribuição dos prémios.

A concentração para o Rally Paper «PS Ajuda 98» será às 10 horas, no Largo da Ajuda, junto à Torre do Galo.

COIMBRA

Conferência de Imprensa

Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Coimbra realizaram no passado dia 16 uma conferência de Imprensa, na sede do PS na cidade do Mondego, cujo tema principal foi o PIDDAC/99.

MADEIRA

Delegação do PS na Venezuela

No âmbito das suas preocupações com as comunidades de madeirenses espalhados pelo mundo, a direcção do PS/Madeira deslocou-se, de 14 a 22 de Novembro, à República da Venezuela.

Tratou-se de uma visita preparada há vários meses com redobrados cuidados e que surge na sequência de um programa que se iniciou pela África do Sul e que, naturalmente, o PS/madeira, liderado pelo camarada Mota Torres, procurará estender a outros países de acolhimento de madeirenses, por sentir ser esta, também, uma forma de, com sinceridade, interpretar a vontade e o desejo de todos os que reconhecem no PS/Madeira a verdadeira e única alternativa democrática e de progresso na Região, a exemplo do que se passa no continente, nos Açores, na Europa e no mundo.

Alternativa de progresso

O PS Madeira é cada vez mais uma alternativa de progresso a um modelo esgotado de caciquismo e défice democrático protagonizado por Alberto João Jardim.

De salientar que a oportunidade desta visita dos dirigentes socialistas da Madeira surge na sequência de um convite expresso, por carta, de madeirenses radicados na Venezuela e onde é salientado o facto de se aproximarem as eleições presidenciais neste país latino-americano, encaradas pelas comunidades madeirenses com alguma apreensão e expectativa.

PORTO

Comunicado da Comissão Permanente

A Comissão Permanente do PS/Porto reafirmou no dia 10, em comunicado, que existe «forte espírito de coesão» nos órgãos distritais e considerou «pura mentira» uma notícia veiculada pelo jornal «Público» sobre eventuais vozes discordantes.

Recorde-se que o diário da Quinta do Lambert noticiou no dia 10 que se chegou a questionar numa

reunião do Secretariado da Federação Distrital do Porto do PS o «afastamento» de Fernando Gomes e Narciso Miranda da direcção distrital, na sequência da derrota do «Sim» no Entre Douro e Minho no referendo sobre a regionalização.

«O PS soube, como um todo, assumir o resultado negativo do referendo. Nenhuma análise, porém, apontava ou sugeria sequer qualquer responsabilização ou particularizava quem quer que fosse», garante, em comunicado, a Comissão Permanente.

«Pelo contrário: a ideia central foi a de uma profunda unidade ao nível distrital e de inteira solidariedade de com a direcção nacional», acrescenta.

«Público» mente

No comunicado, a Comissão Permanente esclarece ainda que «a reunião da Comissão Política do dia 9, à noite, veio reforçar a posição do Secretariado da Federação ao manifestar-se totalmente solidária».

Simultaneamente, refere o comunicado, «a Comissão Política deu provas de uma elevada maturidade política e de um forte espírito de coesão, apoiando a acção desenvolvida no respeito da opção assumida nos Estados Gerais, no Programa Eleitoral e no Programa do Governo e rejeitando as posições de Narciso Miranda e Fernando Gomes quando, com sentido de humildade política, quiseram assumir pessoalmente os resultados negativos».

Assim, o PS/Porto «rejeita qualquer outra leitura dos factos, interpretação fragmentada ou simplesmente tentativa de dividir o que está coeso e desmente o jornal "Público"».

O PS/Porto, no comunicado, garante que «está, principalmente, motivado para as batalhas políticas futuras e manifesta toda a solidariedade e confiança nos dirigentes Narciso Miranda e Fernando Gomes».

Ciclo de debates sobre Direitos do Homem

Para assinalar os 50 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem (10 de Dezembro de 1948), a Federação do PS/Porto, liderada pelo camarada Narciso Miranda, está a organizar um ciclo de debates em que participam personalidades de diversos quadrantes políticos.

Biblioteca do PS

Um espaço de cultura para todos os socialistas

Iniciativa de relevante interesse cultural, encontra-se em funcionamento, nas renovadas instalações da sede nacional no Largo do Rato, a Biblioteca do PS.

Informática e aberta a todos os militantes, a Biblioteca, que é dirigida pelo camarada Mourato, já reúne cerca de mil títulos dos vários ramos do conhecimento.

Em fase de crescimento, o objectivo a curto prazo é dotar este importante equipamento cultural com cerca de oito mil volumes.

Por isso, o «Acção Socialista» apela aos camaradas com maior sensibilidade para as questões culturais que contribuam com obras de reconhecido valor literário para a Biblioteca do PS, um novo espaço ao serviço de todos os socialistas.

Guterres no Conselho da IS em Genebra

O secretário-geral do PS, camarada António Guterres, vai participar nos dias 23 e 24, em Genebra, no Conselho da Internacional Socialista, que decorrerá no Palácio das Nações Unidas, sob o tema «Fazer os mercados globais funcionar para todos: o papel dos governos e das instituições no assegurar de uma economia mundial e sustentável».

DIREITOS DO HOMEM 50º ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL Ciclo de debates

Organização: PS/Porto

Novembro

Dia 13

Os Jovens e a Liberdade

Augusto Santos Silva

Sérgio Sousa Pinto

Guilherme d'Oliveira Martins

Dia 20

Os Problemas dos Trabalhadores

Vítor Ramalho

Maria Emilia Reis

Jorge Strecht Monteiro

Dia 27

Timor-Leste: O Presente e o Futuro

José Lamego

José Luís Guterres

A. Barbosa de Melo

Dezembro

Dia 4

Os Agentes Culturais e a Liberdade

Manuel Alegre

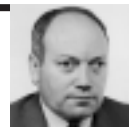
Alberto Martins

Artur Santos Silva

Colóquios às 22 horas, na Fundação Cupertino de Miranda

ÉTICA

José Medeiros Ferreira



OS PRINCÍPIOS SÃO MUITO PRÁTICOS

A detenção de Augusto Pinochet em Londres, onde se encontrava por motivos de saúde, desencadeou uma autêntica questão universal sobre as relações entre ética, justiça e política.

Com efeito, após a Espanha, o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, entre outros, também o Chile iniciou um processo de transição de um regime ditatorial intensamente repressivo para um regime pluralista assente nas liberdades individuais e públicas. O preço que a justiça pagou para que essas transições se verificassem sem mais derramamento de sangue, e sem erguer nova fase repressiva, foi essencial para o êxito dessas operações, contratuadas muitas vezes entre antigos carrascos e as suas vítimas.

A necessidade dessa operação no Chile foi assumida pela comunidade democrática internacional, e eu próprio, como deputado europeu, fiz parte duma dessas delegações que fiscalizaram o referendo no qual se baseou o regime de «liberdades públicas que se vive hoje naquele país da América do Sul. Ainda retenho na memória a extrema serenidade política de vários colaboradores do presidente Allende, como o socialista Lagos, perante aquela necessidade prática.

Essas transições pactuadas permitiram que muitos ditadores, e seus cúmplices, cedessem a praça sem resistência e sem mais derramamento de sangue. O exem-

plo, que começou em 1977 em Espanha, provou na América Latina e foi ainda aplicado na África do Sul.

Essas transições pactuadas só foram admissíveis para acabar com regimes ditatoriais e não implicavam qualquer forma de esquecimento ou de compreensão. Seria dramático que futuras ditaduras susessem adquirida previamente a sua absolvição dos crimes a cometer. É neste ponto que a iniciativa do juiz espanhol Garzón e a decisão judicial britânica promovem ao mesmo tempo os princípios, a justiça e refreiam os apetites dos futuros ditadores.

Independentemente do modo como acabar este episódio que envolve o general Pinochet, houve já um princípio de justiça a ter em conta.

Só a detenção de Pinochet é motivo de reflexão para todos aqueles que executam as medidas repressivas ditadas pelos regimes opressores confiantes na futura impunidade. Uma sensação de irresponsabilidade e de impunidade aumenta o radicalismo da violência repressiva, multiplica os actos de tortura, incita ao assassinio e deixa as vítimas ainda mais desamparadas e sujeitas ao arbitrário e à crueldade. O principal efeito benéfico da detenção de Pinochet produz-se no futuro.

Não foi, assim, por acaso que nestes últimos dias recordei uma peça de teatro vista em Nova Iorque em 1992, que antecipa-

va os comportamentos de vítimas e carrascos no Chile democrático num face-a-face a que todos na vida real procuram escapar. O seu autor é Ariel Dorfman, latino-americano por opção, e a peça, intitulada *Death and the Maiden*, encenada por Mike Nichols, colocava nessa situação dramática uma mulher, Paulina Salas, e o polícia que a havia humilhado, Roberto Miranda. O desespero e a fúria da mulher, interpretada por Glenn Close, e a segurança e arrogância do torturador, exponenciadas por Gene Hackman, eram explicáveis por essa banalização do crime que o processo político implicou. Agora, talvez, como na Tosca, a vítima possa ao menos gritar vitória por Marengo! Quem não estremece ao ouvir o supliciado Cavadarossi celebrar a esperança de uma libertação, mesmo que efêmera?

Essas transições pactuadas entre ditadura e democracias deixaram em suspenso a aplicação da justiça mas não impedem a busca da verdade, sobretudo para prevenir o renascimento de déspotas e de torturadores. Relembro aqui uma tese de doutoramento que apreciei, elaborada por uma portuguesa na Universidade de Oxford, que alertava para tal questão.

Essa busca da verdade, e o equacionamento das relações entre ética, justiça e política, mantiveram-se permanentemente a vários níveis. Muito significativamente, foi criada na África do Sul de Mandela e de De Klerk uma comissão

intitulada Verdade e Reconciliação, presidida pelo insuspeito bispo protestante Desmond Tutu, que tem encontrado as maiores dificuldades em conjugar a reconciliação naquele país com o reconhecimento da verdade dos factos.

Mesmo entre nós, embora a transição entre o regime ditatorial e a democracia em que vivemos se tivesse iniciado por uma revolução, não se procurou aprofundar muito as responsabilidades dos agentes da repressão política que mataram, torturaram e perseguiram os opositores ao «regime anterior». Como o cadáver de Humberto Delgado resistira à cal que os carrascos lhe lançaram por cima, lá se levou o processo judicial até ao fim. Neste caso sabe-se a verdade, mas a justiça não foi aplicada.

É neste contexto, densificado pela recuperação de esbirros do Leste europeu, que a detenção de Augusto Pinochet, em Londres, por decisão judicial envolvendo magistrados espanhóis e britânicos, permite fazer face à enorme vaga de impunidade que cobria muitos crimes contra a humanidade e sobretudo previne a repetição desses casos no futuro.

Doravante, o suplicador há-de sempre temer um juiz desconhecido, ou um lorde inglês investido nessas funções. Esta é uma lição prática para o futuro e já esmoreceu o cinismo profissional de tantos pragmáticos da acção política. Qualquer que seja o desfecho deste episódio.

In «Diário de Notícias»

REFERENDO

Manuel Alegre

VITÓRIA DA CIDADANIA



Não foi por causa do mapa nem por falta de esclarecimento. Foi por causa daquela cultura a que García Lorca chamava «cultura de sangue» e que, segundo Picasso, «se bebe no leite da mãe». Aquela que molda, como dizia Torga, «a fisionomia inconfundível de cada povo». Foi essa cultura, feita de instinto e sabedoria, que no passado domingo derrotou a regionalização. Não sei se os dirigentes políticos compreenderam o que realmente aconteceu.

Não há poder político nem poder mediático que possam modificar a fisionomia de um povo. Não há monopólio partidário que possa impedir os cidadãos de pensarem pela sua cabeça. O resultado do referendo não foi a vitória de nenhum partido. Foi uma vitória do país das «pedras vivas» contra o país virtual. É preocupante que certos «lobbies» tenham pesado mais do que Torga, Saramago, Sophia, Agustina Bessa-

Luis, Eduardo Lourenço, Mário Soares, etc. Para já não falar num António Sérgio, num Jaime Cortesão ou num Fernando Pessoa. Lembro-me do que o Professor Tierno Galván nos disse uma vez, num momento difícil, em casa de Mário Soares: «É preciso humildade diante dos factos». Não sei se todos os dirigentes políticos serão capazes desta sabedoria. Ninguém pode apropriar-se do voto dos portugueses. Ninguém pode, com rigor, afirmar que a direita derrotou a esquerda. Houve, com certeza, gente de direita que votou sim e houve, sobretudo, muitos milhares de eleitores socialistas (basta fazer as contas) que votaram não. Guterres assumiu com dignidade uma derrota e eu, anti-regionalista, sou solidário com ele e com o PS. Mas penso que o eleitorado socialista não foi derrotado. Paulo Portas pretendeu abusivamente apropriar-se de uma vitória de que apenas uma pequena parte lhe pertence. O PSD e o PP não

totalizam 64 por cento dos votos dos portugueses. E o PS e o PCP somam obviamente muito mais do que 36 por cento.

Não foram os partidos que decidiram (com excepção do PCP no Alentejo), foram os cidadãos. E esta é outra grande lição a tirar: a tutela partidária tem os seus limites. A direcção de um partido pode controlar o aparelho. Mas não pode controlar a sociedade. E muito menos substituir-se ao povo. Aconteceu no estalinismo. Não é possível em democracia. A cidadania cilindrou os «lobbies» e os aparelhos. É um facto novo na vida política portuguesa. A sociedade civil deu uma lição de democracia. Parafraseando Jaime Gama, «para a salubridade da democracia é bom que o governo, às vezes, perca», mas é igualmente bom que os directórios partidários compreendam que não são donos da política e muito menos do país.

Porque um país não se faz nem se muda

por decreto. É o fruto dos séculos, das batalhas, dos livros, dos romances e das tradições que formam o seu ser histórico. O resultado do referendo aconselha prudência e reflexão. Sobre outra forma de resolver o problema da descentralização de poderes e de fazer a reforma administrativa. Sobre a necessidade de renovar o funcionamento do sistema e de impedir que os partidos, como escreveu Pacheco Pereira, fiquem sem bases, reduzidos ao líder, ao núcleo mediático e ao «lobbie» dos autarcas. A possibilidade de movimentos de cidadãos poderem concorrer a eleições seria um bom desafio para a auto-renovação dos partidos e da vida política nacional. Mais do que a preocupação com as sondagens e a imagem, a democracia portuguesa precisa de ideias e de cidadãos. É a lição mais importante do referendo: uma lição de cidadania.

In «Expresso»

OE/99

Luís Amado



COOPERAÇÃO: ORÇAMENTO DE 48 MILHÕES

A aprovação pelo Conselho de Ministros do orçamento integrado da cooperação para 1999 permitiu confirmar que o problema principal da cooperação portuguesa não é propriamente a limitação de recursos afectos a esta política.

Tendo, pela primeira vez, uma ideia aproximada das dotações que o Governo pretende afectar à política de cooperação para o próximo ano, que no seu conjunto representam um valor próximo dos 48 milhões de contos, temos também a ideia do peso específico desta política no contexto de política global do Governo. Se se considerar que o orçamento integrado da cooperação é superior aos orçamentos que sustentam as políticas da cultura, do ambiente, da ciência e tecnologia e da própria política externa (não considerando, no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros as verbas nele inscritas para a cooperação), não podemos dizer que a cooperação para o desenvolvimento, centrada nos países africanos de expressão portuguesa, não seja uma prioridade do Governo. O problema não é, pois, propriamente de falta de recursos, mas sobretudo do seu controlo político e da sua gestão, em consequência da natureza descentralizada e informal do sistema de cooperação que se foi consolidando ao longo dos anos, através de uma rede muito fina de relações entre a nossa administração e as débeis administrações dos novos Estados de língua portuguesa. Relações

que se intensificaram ao longo da última década, quando o fim da guerra fria facilitou o processo de aproximação política de Portugal com as suas ex-colónias, o que, a par do crescimento económico que acompanhou a nossa integração na Europa, permitiu aumentar progressivamente os recursos disponíveis para a ajuda pública ao desenvolvimento, tendo Portugal regressado em 1991 à condição de país membro do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE.

A celebração de acordos e protocolos em praticamente todos os sectores da administração, envolvendo todos os Ministérios, com todos os países africanos de expressão portuguesa, teve como resultado uma vasta teia de acções dispersas (mais de um milhar identificadas em 1998), muitas vezes da iniciativa dos serviços, sem um mecanismo adequado de programação, controlo e acompanhamento político, designadamente ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ministério responsável pela orientação da política de cooperação.

É neste contexto que algumas vozes críticas chegaram a sugerir a necessidade de criar um Ministério para a Cooperação, como forma de ultrapassar as dificuldades e os problemas inerentes ao sistema herdado. Salvo melhor opinião, discordamos desta orientação, por várias razões. Desde logo, a política de cooperação ou é um vector da política externa de um Estado ou não se sabe o que possa ser de diferente. Os países com tradição coloni-

al que viveram essa experiência fizeram-no, na generalidade dos casos, na sequência de processos de descolonização mais ou menos controlados, em que as estruturas de gestão da política colonial se adaptaram, tranquilamente, à nova situação, o que não foi, infelizmente, o caso português. Mesmo assim, alguns desses países, como os casos da França ou da Bélgica, no quadro de reformas em curso, estão a reconduzir as suas políticas de cooperação a uma mais rigorosa subordinação às respectivas opções de política externa.

Em segundo lugar, num pequeno país como o nosso, sem grandes recursos mas com uma presença viva no mundo, a unidade da política externa é um instrumento precioso de afirmação e de valorização político-estratégica, unidade que pressupõe uma articulação muito estreita entre designadamente as políticas relativas à integração europeia, às comunidades portuguesas e à cooperação para o desenvolvimento.

Por último, deve sublinhar-se que a natureza dispersa, descentralizada e horizontal da política de cooperação pode constituir um elemento importante de valorização política que não deve ser menosprezado, dada a densidade da malha de relações profissionais, pessoais e afectivas que se foram consolidando ao longo de mais de uma década e que sustentam hoje em dia uma boa parte da nossa relação com os países de expressão portuguesa.

Defendo por isso um processo de reforma da política de cooperação que passa pelo ajustamento das suas estruturas às novas solicitações com que está confrontada, interna e externamente, aproveitando algumas virtualidades do sistema da cooperação, aperfeiçoando-o, tornando-o mais eficiente e credível, conferindo-lhe, enfim, mais racionalidade.

O orçamento integrado da cooperação é um instrumento de racionalização da política, incontornável, facto aliás assinalado nas séries de exames da cooperação portuguesa realizadas pelo CAD em 93 e 97. O valor de uma política não deve ser aferido apenas pelo volume de recursos que a sustenta, mas é difícil desenvolver uma política sem se saber que recursos financeiros temos para a sua execução. Sobretudo quando o «ranking» das políticas é objectivado, ainda que de forma simplista, é certo, em torno de um indicador que exprime o valor da defesa pública na cooperação em percentagem do PIB.

Por isso, a primeira questão a resolver, do nosso ponto de vista, é dar visibilidade orçamental ao conjunto das iniciativas que são o suporte de uma política, para se poder avaliar com a maior transparência possível, em sede de debate orçamental, na Assembleia da República, o mérito dessa política, o sentido estratégico dos programas de ajuda aprovados, os critérios definidos na afectação dos recursos.

In «Expresso»

ANÁLISE GLOBAL AO OE/99

Julieta Sampaio*

EDUCAÇÃO CONTINUA A SER PRIORIDADE POLÍTICA



As metas da política educativa constantes nas Grandes Opções do Plano para 99 dão continuidade à educação como uma prioridade política, assente na valorização dos recursos humanos, da melhoria das condições da qualidade de ensino e na concretização da necessidade de uma avaliação exigente para um futuro dos novos desafios das transformações aceleradas das sociedades.

O Governo, ao definir os objectivos políticos, teve que apresentar um Orçamento que desse suporte ao desenvolvimento das políticas. Assim, o OE deve ser analisado com critérios de rigor e exigência orçamental no suporte das metas apontadas.

Os objectivos políticos do combate à ex-

clusão escolar com medidas de igualização das aprendizagens, o cumprimento da gratuidade da componente educativa da educação Pré-Escolar preconizada na Lei nº 5/97 para os cinco anos de idade, a elevação da oferta Pré-Escolar para mais 12 mil lugares da infância e o alargamento dos serviços de apoio à família, têm suporte orçamental com garantia de execução.

As dotações do Programa ALFA asseguram o cumprimento do objectivo da integração na escolaridade básica de 9 anos, pois garantem apoios adequados em todos os domínios da vida escolar na perspectiva da escola a tempo inteiro.

A *qualidade*, meta de grande importância, está garantida com a concretização do Observatório Permanente do Ensino

Secundário, abrangendo todos os cursos do sistema, além de incentivar e apoiar o desenvolvimento pelas escolas do nível básico e secundário de dispositivos de observação que permitam confrontar os resultados escolares e acompanhar os resultados específicos de cada instituição escolar.

Desta breve análise, resulta que o Partido Socialista cumpriu as metas essenciais para a *Política Educativa*, quer a do seu Programa Eleitoral de 1995, quer a do Programa do Governo apresentado na AR no início da legislatura. O crescimento das dotações orçamentais para a educação e a correcta aplicação destas verbas, investindo nos sectores mais directamente ligados à humanização da escola, na igualdade de oportunidades

educativas, na construção da qualidade numa perspectiva da valorização do *SER* humano, contribuindo com eficácia para o combate à exclusão e à marginalização de alguns, que poderiam ser muitos, sem esta audaz política do Governo.

Este orçamento é o último desta legislativa, e, como tal, é também a hora do balanço. Entende-se que o Governo pode e deve sentir satisfação quer pelo cumprimento do Programa, que nos segmentos fundamentais executou, quer no salto quantitativo que a *Educação* alcançou.

Reserva-se para a especialidade algum item que não tenha sido contemplado ou mal abordado, o que não influi na arquitectura positiva deste *Orçamento*.

*Assessora do presidente da Assembleia da República



A ETERNA ESQUERDA

O meu camarada Francisco Assis (FA), em dois artigos recentemente publicados, o último dos quais no «Expresso», teve o inegável mérito de suscitar o debate de ideias num país - e num partido - onde esse debate é escasso, para não dizer inexistente. Porém, ao lê-lo, sente-se como que um conflito não resolvido entre a sedução pelo verbalismo especulativo daqueles pensadores anglo-saxões liberais, que planam angelicamente por cima da história e da sociedade, e o peso da herança do socialismo europeu, alicerçada em duras lutas sociais e políticas.

Não obstante, chega a algumas conclusões peremptórias e altissonantes, como a que diz: «A esquerda democrática renunciou à crença obsessiva no papel redentor da ideologia». Ora, dando de barato que o diagnóstico é verdadeiro, isto é, que a esquerda democrática padecia dessa obsessão, desse mal que Freud não tratou, qual a cura encontrada e que FA também recomenda? O pragmatismo!

Entramos, assim, na velha e cíclica controvérsia sobre a obsolescência das noções de esquerda e direita e o carácter intrinsecamente «totalizante» das ideologias, entre outros temas que os bizantinos não desdenhariam e que não cabe desenvolver neste espaço limitado.

A vaga neoliberal que assolou o planeta e que nos Governos de Thatcher e de Reagan teve a expressão mais completa, do ponto de vista das práticas políticas, não foi só fruto de uma determinada conjuntura económica expansionista mas também da hegemonia obtida, nos planos cultural e das ideias, pelo capitalismo triunfante na sua dimensão mais agressiva, graças à acção eficaz dos vários profetas do papel «redentor» do mercado e esconjuradores do Estado social e intervencionista. Acção apoiada em influentes e prósperos «think tanks» (por exemplo, o Institut of Economic Affairs na Grã-Bretanha, a Heritage Foundation nos EUA, ou a Fondation Saint-Simon em França, só para citar estes), e que entre várias armas recorrerá à da desqualificação - oh, quão eficaz! - daqueles que, insistindo nos grandes valores e objectivos do socialismo e da social-democracia, eram - são - considerados «arcaicos», «irrealistas», «utópicos», «irresponsáveis» ou, na versão lusitana, «jacobinos». Deste modo, quando FA, pensando essencialmente em Tony Blair e em Schroeder, com um entusiasmo prosélito, anuncia que está aí uma «nova esquerda», é de nos interrogarmos, muito cartesianamente, sobre qual será essa novidade. Pois, como é sabido, a esquerda democrática, na diversidade e na especificidade dos diversos contextos nacionais e das várias tradições, já há muito se libertou das ficções dogmáticas, providenciais e autoritárias dos marxismos-leninismos.

Importará, por conseguinte, não querer abrir portas escancaradas, nem confundir o que poderá ser positiva renovação, com o que, em grande medida, corresponde a



artifício de circunstância para contornar a necessidade de opções claras ou cedência - «pragmática» - aos poderosos interesses instalados.

É o caso da diáfana e insinuante «terceira via», iluminada pelos holofotes mediáticos e apadrinhada por Tony Blair e pelo seu amigo Bill Clinton, em busca de credibilidade no outro lado do Atlântico. Para os mais distraídos, recorde-se, a propósito, que tal noção requeitada já foi, pelo menos, teorizada por Ota Sik em 1972. Nesta altura, esse antigo ministro de Dubcek procurava estabelecer os fundamentos de uma alternativa de economia e de sociedade ao modelo social-democrata e ao «socialismo real» de Leste. Agora, quase dez anos depois da queda do Muro, quando se fala de «terceira via» é lícito perguntar pela primeira e pela segunda. Consultemos a «Time» (8/12/1997): «Idealmente os líderes da UE gostariam de poder traçar uma ilusória Terceira Via, um meio termo entre o flexível mas relativamente implacável («ruthless») capitalismo dos EUA e o mais protector («caring») mas custoso modelo europeu de protecção social e de direitos dos trabalhadores». Tony Blair viria a anunciar «urbi et orbi» que esse meio termo está aí, pelo que é suposto que ele conseguirá aproximar o «mais protector mas custoso modelo europeu», do «flexível mas relativamente implacável capitalismo» norte-americano (onde há 60 milhões de pobres e 1 por cento da população possui 39 por cento da riqueza do país). Note-se, de passagem, e só se poderá espantar quem não conheça a história do trabalhismo inglês, que na recente conferência anual do Labour, realizada em Blackpool, os militantes protestaram contra o anúncio feito pelo seu líder das intenções do Governo em cortar muitos mil mi-

lhões de libras por ano, a partir de 1999, nas despesas com a segurança social. Interrogando-me, assim, sobre as razões do «sucesso eleitoral» da esquerda europeia no poder, encontro razões diferentes das avançadas por FA. Em meu entender, o mais decisivo para esse sucesso foi o terem-se esgotado as pretensas soluções neoliberais, a séria crise orgânica que a direita enfrenta em muitos países e o entrar-se numa fase de ressaca económica e social, terminada que está a euforia consumista e especulativa dos últimos anos. Acresce a fragilidade estrutural do crescimento observado que, regra geral, agravou assimetrias e desigualdades, aumentou o desemprego e a precariedade nas relações laborais, tornou as sociedades mais impiedosas e violentas. Os eleitores, os cidadãos, perdidas muitas ilusões, procuram outras saídas e depositam novas esperanças nos partidos da esquerda democrática. Será grave, muito grave, frustrá-los. Aquilo que esses cidadãos pedem a esta esquerda - que já não tem o alibi de estar em minoria na União Europeia - é que a Europa do futuro não se faça à custa de conquistas sociais, tão duramente obtidas por gerações, e que seja firme na regulação da economia e na disciplina do mercado, determinada na luta contra os privilégios e as injustiças de forma a que se redistribua equitativamente a riqueza, e inovadora nos domínios da cultura e da qualidade de vida.

Afinal que, sendo sensível às exigências dos tempos de hoje, se mantenha fiel ao que há de intemporal no que lhe dá sentido e identidade, como o internacionalismo, tanto na prossecução das políticas europeias como na solidariedade e na responsabilidade a assumir face à pobreza e à miséria do mundo, retomando o teste-

munho legado por homens como Willy Brandt e Olof Palme.

Mas outros valores e objectivos, não menos fundamentais, são indissociáveis dessa identidade: o laicismo, a tolerância, o aprofundamento permanente da democracia e da participação cidadã, a transparência do Estado e da administração, a ética republicana na gestão dos assuntos e dos dinheiros públicos, a entrega desinteressada dos eleitos e governantes à coisa pública.

É, naturalmente, difícil o desafio com que se depara a esquerda que exerce responsabilidades governativas, de se nortear por esses valores, princípios e objectivos. Mas alguma vez foi fácil o combate da esquerda que não se rende? Não se ceda a essa dificuldade com um pragmatismo assistencialista, cheio de auriflamas mediáticas e sem alma. Reformismo não significa conformismo, mera gestão do «statu quo», recusa de intervir - política, cultural, economicamente - no processo de mudança social. Por isso, e mesmo que pareça um paradoxo, a esquerda só será nova se, de forma criativa e sem dogma, souber continuar o combate da teimosa e eterna esquerda, que é a daqueles que não se conformam, não se resignam, não desistem perante os que nos pretendem vencer ser «natural» e inelutável uma sociedade dividida em ganhadores e perdedores, uma União Europeia com mais de 50 milhões de pobres e muitos outros milhões de desempregados, um mundo onde 358 indivíduos, milionários em dólares, possuem uma fortuna superior ao rendimento de 45 por cento dos habitantes mais desvalidos, ou seja, cerca de 2,6 biliões de pessoas.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Música popular na Amadora

O IX Festival de Música Popular Portuguesa, organizado pela Câmara Municipal, começa hoje, prolongando-se até sábado, dia 21. No primeiro dia do festival participam Guto Pires, da Guiné-Bissau, e Sérgio Godinho. Amanhã, será a vez de ver e ouvir João Afonso e Chouteira, esta última uma banda da Galiza. O festival, que se realiza na Sala D. João V do Auditório Municipal, termina com os Gaiteiros de Lisboa, vencedores este ano do Prémio José Afonso. Como convidados, os Gaiteiros de Lisboa trazem também ao palco José Mário Branco, Alexandre Manaia, Danças Ocultas, Acácio «Salero» Cardoso e Vozes da Rádio.

Jovens criadores em Aveiro

A Mostra de Jovens Criadores pode ser apreciada, até ao dia 29, no Salão Cultural e no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia, entre as 12 e as 22 horas.

Dança em Cascais

«As Novas Descobertas» é o nome do espectáculo a que poderá assistir se for, hoje e amanhã, por volta das 22 horas, ao Casino Estoril.

Teatro em Castelo Branco

Hoje, o Teatro das Beiras representa, na Escola Agrária, às 21 e 30, «A Boda dos Pequenos Burgueses», de Brecht.

Publicações em Coimbra

A sessão de lançamento do livro «Calendário Lírico», da autoria de Luz Videira, realiza-se hoje, pelas 18 e 30, na Casa Municipal da Cultura. Amanhã, à mesma hora e no mesmo local, será altura de conhecer a nova publicação de António Arnaut. Trata-se de «Pássaro Azul – Contos e Poemas de Natal». O trio Ab Libitum, composto por António Gonçalves (guitarra), Pedro Pacheco (violino) e João Lobo (bateria), actuará, no próximo dia 25, no Instituto da Juventude, no âmbito do «Ciclo de Quarta», um evento cultural que tem o jazz como centro. O antigo refeitório do Mosteiro de Santa Cruz, agora conhecido por Sala da Cidade do Edifício Chiado, albergará, até ao dia 29, a exposição «Encontros de Fotografia». Se ainda não visitou esta notável mostra, saiba que ainda vai a tempo de o fazer, de segunda a sexta-feira, das 14 às 19 horas, bem como aos sábados e domingos, entre as 10 horas e as 12 e 30, ou das 14 às 19 horas.

Festima na Guarda

Amanhã, a partir das 21 e 30, o Auditório

Municipal estará reservado para mais um evento cultural inserido no Festima'98. Trata-se do espectáculo de Bratsch.

Manhãs infantis em Guimarães

O Auditório da Universidade do Minho será palco, hoje, pelas 22 horas, de um concerto de jazz a cargo dos Tous Dehors (França), no âmbito do ciclo de música «Guimarães Jazz'98». A partir de amanhã e até ao dia 26 poderá ver a obra mais recente do realizador Brian de Palma no Cinema São Mamede. Trata-se de «Os Olhos da Serpente», um policial cheio de acção onde se destaca o protagonismo de Nicholas Cage. «A Espada Mágica» foi o filme escolhido para animar as manhãs infantis do Cinema São Mamede, a partir das 10 horas de sábado e domingo, dias 21 e 22, respectivamente.

Música em Lisboa

Hoje, às 21 e 30, no Teatro da Cornucópia, haverá um «Miso Ensemble» muito especial. Trata-se de um concerto com electrónica ao vivo, onde participam Miguel Azguime (percussão, vibrafone e voz), Paula Azguime (flauta), Alain Neveux (piano) e Robert Glassburner (Fagote). Os filmes «Ceux qui m'aiment prendront le train», de Patrice Chéreau, «Uma Vida Fora do Vulgar», de Danny Boyle, e «Romance Perigoso», de Steve Soderbergh estreiam, amanhã, nas salas de cinema da cidade. No âmbito do Ciclo de Grandes Orquestras Mundiais realizar-se-á, no sábado e domingo, às 21 e 19 horas, respectivamente, um concerto com a Orquestra do Século XVIII e o Coro Gulbenkian, sob a direcção do maestro Frans Brüggen. Neste evento, a decorrer no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, serão recriadas as obras do compositor Johann Sebastian Bach. A CeDeCe – Companhia de Dança Contemporânea -, residente em Setúbal, apresentará um espectáculo com cinco novas coreografias de curta duração especialmente encomendadas para o programa «Jovens Coreógrafos'98». O evento realizar-se-á, no Pequeno Audi-

tório do Centro Cultural de Belém, nos dias 24 e 25, pelas 22 horas.

Concerto no Porto

As obras de Henryk Górecki serão recriadas por Luís Silva (clarinete), Jed Barahal (violoncelo) e Francisco Monteiro (piano), no sábado, dia 21, às 18 e 30, no Auditório Serralves. Este fim-de-semana terminam o Colóquio Internacional «O Terceiro Excluído» da Fundação de Serralves. No sábado, dia 21, pelas 17 horas, participe no quinto painel intitulado «Nas Margens da Inclusão». No domingo decorrerá o sexto e último encontro, à mesma hora, subordinado ao tema «Da exclusão à inclusão». O Teatro Art'Imagem vai estrear, na quarta-feira, dia 25, na sala da Cooperativa do Povo Português, a peça «Pétalas de malmequer», uma representação concebida a partir da obra de António Botto.

Arqueologia em Santo Tirso

Numa organização da autarquia local, realiza-se, amanhã e no sábado, nas instalações do Museu Municipal, as Jornadas Arqueológicas Comemorativas dos 150 Anos do Nascimento do Abade Joaquim Pedrosa. Durante estes dois dias estarão reunidos em Santo Tirso alguns dos nomes mais conhecidos da arqueologia ibérica, historiando e debatendo esta ciência da antiguidade.

Animação em Valença

A Hora do Conto, na Biblioteca Municipal, reservou para amanhã, às 16 e 30, a história «A Fábrica de Fósforos». Também a partir de amanhã e até ao dia 24, o Cine-Ibérica exhibe «Pequenos Guerreiros», uma fita de Joe Dante que conta com as interpretações de Gregory Smith e Kirsteen Dunst. Para as crianças que gostam de desenhos animados futuristas foi escolhido, para a sessão de vídeo, às 16 horas de quarta-feira, um filme com «Os Jetsons».

SUGESTÃO

WE SET OUT EARLY... VISIBILITY WAS POOR

A partir de hoje e até ao dia 21, a mais recente obra do notável coreógrafo e bailarino Bill T. Jones está de regresso à Culturgest. Depois de ter sido apresentado ao público português, em 1995, com «Still/Here», a Culturgest tem acompanhado as novas criações deste artista *sui generis*. Com «We Set Out Early... Visibility Was Poor» é possível confirmar o que nos exultou nas obras anteriores de Bill T. Jones: a beleza da composição coreográfica, a qualidade da interpretação dos bailarinos da Arnie Zane Dance Company, a clareza e, ao mesmo tempo, a eficácia dos cenários e da luz, a crença no valor da arte. Em suma, temos, de novo, a oportunidade de assistir a uma obra de múltiplos duetos, a uma coreografia cuja linguagem está, cada vez mais, mestiçada de estilos. Trata-se de uma história da dança deste século, com uma banda sonora de invulgar qualidade no que diz respeito à sua musicalidade. «We Set Out Early... Visibility Was Poor» é, ao final de todas estas considerações, como sempre e meramente uma obra de arte tão única quanto exaltante. E, para que não perca este momento de dança ímpar, com duração de uma hora e 15 minutos (sem intervalo), recorde que o espectáculo se realizará no Grande Auditório da Culturgest, hoje, amanhã e no sábado, às 21 e 30.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca
Liberdade

«Je suis né pour te connaître
pour te nommer
Liberté.»

Paul Eluard

Sobre esta página escrevo
teu nome que no peito trago escrito
laranja verde limão
amargo e doce o teu nome.

Sobre esta página escrevo
o teu nome de muitos nomes feito
água e fogo lenha vento
primavera pátria exílio.

Teu nome onde exilado habito e canto
mais do que nome: navio
onde já fui marinheiro
naufragado no teu nome.

Sobre esta página escrevo
o teu nome: tempestade.
E mais do que nome: sangue.
Amor e morte. Navio.

Esta chama ateadá no meu peito
por quem morro por quem vivo
este nome rosa e cardo
por quem livre sou cativo.

Sobre esta página escrevo
o teu nome: liberdade.

Manuel Alegre
In «Praça da canção»

Concerto
Dos Cancioneiros às Modinhas

Intérpretes
Maria Repas Gonçalves
Kenneth Frazier
Pedro Caldeira Cabral

20 de Novembro 21h30
Igreja Paroquial de Valença



UM EXCELENTE ORÇAMENTO

A discussão na generalidade do Orçamento de Estado e das Grandes Opções do Plano para 98, revelou um Ministro das Finanças em grande forma, confirmou um primeiro-ministro brilhante, habilidoso a desarmar o adversário e a rematar fulgurantemente para golo, frente a uma oposição de direita sem garra e sem chama, oscilando entre a desorientação estratégica e o radicalismo verbal.

Este Orçamento preconiza, pela quarta vez seguida, um crescimento económico superior à média europeia. Este Orçamento consolida a prática dos três anteriores orçamentos, potenciando o investimento público e dando boas condições ao investimento privado, encorajando (nomeadamente por via da redução do IRC para 20%) a sua instalação no interior.

Por outro lado, o Orçamento reduz o IRS para os estratos sociais mais desfavorecidos e para diversos sectores das chamadas classes médias, mantendo-o ao nível actual para uma minoria das populações e agravando-o (depois das alterações que introduziremos na especialidade) apenas para 2% dos contribuintes.

Este Orçamento consagra finalmente à educação a percentagem do PIB prometi-

da há três anos (e garantiu-se o financiamento do pré-escolar, tão importante para o combate às desigualdades sociais que marcam o nascimento de cada um).

Na área da solidariedade, continua a cumprir-se a Lei de Bases da Segurança Social, integram-se os novos montantes das pensões recentemente aumentadas e garante-se a total aplicação do rendimento mínimo em todo o território nacional.

Simultaneamente, propõe-se a redução do défice do Sector Público Administrativo para 2% do Produto Interno Bruto, o que não só respeita os compromissos assumidos pelo Estado português no âmbito da União Económica e Monetária como alivia os custos financeiros de orçamentos futuros. Também a dívida pública, apesar de integrar dívidas atrasadas da área da Saúde, prossegue o seu caminho de redução, estando actualmente abaixo da fasquia dos 60% do Produto Interno Bruto, barreira máxima aconselhável para a participação no EURO.

Perante isto, o PSD mostrou-se desorientado. Insiste em slogans vários, pretexta avarias de computadores para produzir intervenções descosidas ou desconexas (Manuela Ferreira Leite) ou absurdamente demagógicas (Rui Rio), enquanto o PP anuncia propostas a esmo, para reduzir re-

ceitas, aumentar despesas e captar segmentos do eleitorado que pretende seduzir. O PCP percebeu o Orçamento. Mas alguns dos seus dirigentes querem fingir que não entendem o seu significado socialmente progressista e economicamente desenvolvimentista, escudando-se na sua atitude anti-EURO. Há uma batalha de esclarecimento a fazer (manifestando aceitação para propostas que sejam simultaneamente positivas e realistas) e demonstrando que fora do EURO só há os caminhos da falaciosa utopia ou da miséria isolacionista.

Orgulhamo-nos do trabalho feito pelo Governo, em sintonia com o Grupo Parlamentar e de acordo com as grandes aspirações do eleitorado, mantendo o rumo certo, no equilíbrio orçamental, sem cedências demagógicas, no caminho do desenvolvimento, imbuído dos valores da solidariedade e concretizando mais uma etapa da integração europeia.

O já mais longo governo socialista da história de Portugal terá que continuar a demonstrar à Assembleia e ao País que merece governar. Se porventura a conjugação das maiorias parlamentares não entender isto, o povo certamente entenderá e dirá de sua justiça.

«O julgamento de Pinochet não pertence ao Chile. Diz respeito à humanidade inteira que, através das suas vítimas e dos seus crimes, foi ofendida. E nenhum Estado, mesmo o mais ferido tem o poder de perdoar ou de esquecer por conta da humanidade inteira.»

Robert Badinter, antigo ministro francês da Justiça
Público, 10 de Novembro

«Que um ditador brutal como Pinochet queira abrigar-se sob a imunidade diplomática é algo que dá a volta ao estômago.»

Peter Mandelson, ministro britânico do Comércio e Indústria
Público, 10 de Novembro

«Alguma vez foi fácil o combate da esquerda que não se rende?»

Fernando Pereira Marques
Expresso, 7 de Novembro

«Não se ceda a essa dificuldade com um pragmatismo gestorário, taticista, caridosamente assistencialista, cheio de auriflamas mediáticas e sem alma.»

Idem, ibidem

«Os médicos grevistas não sofrem qualquer prejuízo com a greve, que aproveitam para usufruir da sua clínica privada, cuja procura aumenta por efeito da própria greve nos serviços públicos. Difícilmente se poderia imaginar greve mais "heróica".»

Vital Moreira
Público, 17 de Novembro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz